



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA



Victor Martini Valente

**A CONSTRUÇÃO DO FIM: um estudo sobre a reconstrução da
economia alemã da transição para o regime nazista até o início da
Segunda Guerra Mundial (1929-1939).**

CAMPINAS

2022

Victor Martini Valente

A CONSTRUÇÃO DO FIM: um estudo sobre a reconstrução da economia alemã da transição para o regime nazista até o início da Segunda Guerra Mundial (1929-1939).

Monografia apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Mendes Cantarino

CAMPINAS

2022

Ficha catalográfica
 Universidade Estadual de Campinas
 Biblioteca do Instituto de Economia
 Luana Araujo de Lima - CRB 8/9706

V234c Valente, Victor Martini, 1997-
 A contrução do fim : um estudo sobre a reconstrução da economia alemã da transição para o regime nazista até o início da segunda guerra mundial (1929-1939) / Victor Martini Valente. – Campinas, SP : [s.n.], 2022.

Orientador: Nelson Mendes Cantarino.
 Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Nazismo. 2. Fascismo. 3. Tratado de Versalhes. 4. Entreguerras, 1919-1929. 5. Crise econômica - 1929. I. Cantarino, Nelson Mendes, 1977-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Título em outro idioma: The construction of the end: a study about the reconstruction of the german economy of the transition to the nazi regime until the start of world war II

Palavras-chave em inglês:

Nazism

Fascism

Treaty of Versailles (1919 June 28)

Interwar years

Depressions - 1929

Titulação: Bacharel em Ciências Econômicas

Banca examinadora:

Nelson Mendes Cantarino [Orientador]

Maurício Chalfin Coutinho

Data de entrega do trabalho definitivo: 06-12-2022

Victor Martini Valente

A CONSTRUÇÃO DO FIM: um estudo sobre a reconstrução da economia alemã da transição para o regime nazista até o início da Segunda Guerra Mundial (1929-1939).

Monografia apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Data de aprovação: 06 / 12 / 2022

Banca Examinadora

Nelson Mendes Cantarino

Prof. Dr. – Presidente da banca – Instituto de Economia da Unicamp

Mauricio Chalfin Coutinho

Prof. Dr. – Docente convidado – Instituto de Economia da Unicamp

Campinas, 12 de dezembro de 2022.

Quero dedicar este trabalho ao meu pai, que, apesar da distância forçada pelas circunstâncias da vida, sempre me apoiou e esteve sempre ao meu lado durante a elaboração deste trabalho, dando toda força e apoio que tinha ao seu alcance, para que a sua conclusão se realizasse em meio a toda a adversidade que surgiu na jornada deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Nelson Mendes Cantarino, que se propôs a orientar este trabalho, além de orientar sobre diversas questões, profissionais e acadêmicas, que foram indispensáveis nas minhas ponderações e escolhas, de forma sincera e amigável.

À Universidade Estadual de Campinas, por promover não só a realização do meu sonho de graduação em uma faculdade de excelência, mas o de todos os meus colegas da universidade, e pelo seu compromisso de ampliação e excelência com a universidade pública, de forma justa e solidária.

Ao Instituto de Economia da Unicamp, que, em sua proposta de escola de pensamento plural e independente, promoveu um ambiente rico e ideal ao pensamento livre para a realização deste e demais trabalhos.

À minha mãe, pelo amor incondicional e por todo apoio que me foi dado durante todos esses anos de vida.

Ao meu irmão, como colega também de universidade, que sempre soube dos desafios sendo eles acadêmicos, pessoais ou profissionais e esteve sempre presente em todos os momentos, sejam eles de felicidade ou amargor.

Aos meus amigos, aqueles que surgiram em momentos distintos da minha jornada, a aqueles que já se foram, a aqueles que ainda vão aparecer, cada um com sua proximidade, cada um com que lhes torna especial, a todos vocês, meus agradecimentos sinceros, por tudo que pude viver com cada um de vocês.

RESUMO

Após a crise financeira de 1929, a Alemanha foi tomada pela Grande Depressão, levando o país a altíssimos níveis de desemprego e a um descontentamento da população frente a República de Weimar, produto das negociações do Tratado de Versalhes após a Primeira Guerra Mundial. Nesse cenário, os nazistas surgem como força política ascendente mais significativa na Alemanha e sobem ao poder democraticamente em 1933. Com uma proposta belicista e autoritária, o partido nazista transforma a economia alemã em um motor que busca acelerar o rearmamento da nação, cujo exército havia sido reduzido, com o Tratado de Versalhes, a uma condição “humilhante” para os adeptos do nacional-socialismo. Apesar das intenções belicosas, a economia alemã sofreu para promover o rearmamento durante todos os anos até a eclosão da Segunda Guerra Mundial, com diversos problemas recorrentes, sendo os principais: a restrição externa do balanço de pagamentos, a necessidade de matérias-primas externas e a sobrevalorização artificial da moeda alemã. Neste trabalho, com a compreensão de que a intenção final de Hitler e do partido nazista era a expansão territorial pela guerra, pretende-se interpretar o “milagre econômico” nazista sob outra ótica, propondo a observação das características dúbias que o “milagre” teve sobre a economia alemã, como a sua capacidade de recuperação sustentada, seus efeitos de longo prazo sobre a economia alemã em tempos de paz e a realidade econômica da população alemã durante os anos do nazismo pré Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: Nazismo. Fascismo. Tratado De Versalhes. Entre Guerras. Restrição Externa. Autoritarismo. Grande Depressão. Crise Financeira de 1929.

ABSTRACT

After the financial crisis of 1929 Germany was deeply affected by the outcomes of the Great Depression. The country suffered from huge unemployment and faced the outrage of its own population towards the newly founded Republic of Weimar, which was a result of the negotiations of the Versailles Treaty following the defeat of Germany in World War I. While the country was suffering from elevated unemployment the nazi party emerged as the main political party in Germany and seized power democratically in 1933. With an authoritarian and inclined towards war, the nazi party turns the german economy in a engine to fullfil the rearmament of the nation which was “humiliated” in the Versailles Treaty according to the nazis. Besides their violent intent, the German economy suffered from the pressures of the rearmament every year until the beginning of the Second World War with major issues such as: raw materials shortages, artificial overvaluation of their currency and restrictions on the balance of payments. In this paper, with the comprehension that Hitler’s and the nazi party final intent was the expansion of Germany through war, it intends to see the “economic miracle” of the nazis by a new horizon of thought which will observe the dual results of the “miracle” over the german economy, such as the capacity of a sustained recovery, the long term effects of the nazi model of recovery in peace times and the economic reality that the german people faced under the nazi rule until the beginning of the Second World War.

Keywords: Nazism. Fascism. Versailles Treaty. Between Wars. External Restriction. Authoritarianism. Great Depression Financial Crisis Of 1929.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Balanço de Pagamentos alemão 1927-1932.....	19
Tabela 2- Dados da Grande Depressão na Alemanha 1928-1932.....	23
Tabela 3- Eleições Parlamentares na Alemanha (1919-1932 % dos votos)	24
Tabela 4- Índice de Produção para Indústrias Seleccionadas 1928-1938 (1928=100)	34
Tabela 5- Salários e Consumo Pessoal 1928-1938 (1913-14=100).....	36
Tabela 6- Plano Quadrienal: níveis de gasto propostos.....	52
Tabela 7- Borracha e minério de ferro: Prioridades do Plano Quadrienal.....	53
Tabela 8- Ocupações por categoria, 1933 vs. 1938 (por 1000 trabalhadores).....	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- O gap de competitividade: o preço de não desvalorizar	41
Gráfico 2- Nível de reservas internacionais e ouro do Reichsbank em milhões de Reichsmarks.....	43
Gráfico 3- Recuperação dos setores industriais têxtil e de indústria pesada (1929=100).....	45
Gráfico 4- Preços agrícolas e bens industriais finais na Alemanha e no mundo (1929=100)..	63
Gráfico 5- Produção de munição, 1937-1939 (junho de 1937 = 100).....	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EUA	Estados Unidos da América
NSDAP	Nazional sozialistische deutsche Arbeiterpartei (Partido Nacional Socialista)
DNVP	Deutschnationale Volkspartei (Partido Nacionalista)
RM	Reichsmark
DVP	Deutsche Volkspartei (Partido Liberal)
DDP	Deutsche Demokratische Partei (Partido Democrático Alemão)
KPD	Kommunistische Partei Deutschlands (Partido Comunista Alemão)
SPD	Sozialdemokratische Partei Deutschlands (Partido social-democrata)
Mefo	Metallurgische Forschungsgesellschaft (Instituto de pesquisas metalúrgicas)
RNS	Reichsnarhstand
RWF	Reichswirtschaftsministerium (Ministério de assuntos econômicos)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1.	O nazifascismo.....	13
1.2	A Alemanha antes de 1929.....	15
2.	O CRASH DE 1929, A GRANDE DEPRESSÃO NA ALEMANHA E OS NAZISTAS SOBEM AO PODER.....	19
2.1	O Crash de 1929.....	19
2.2	A Grande Depressão na Alemanha.....	20
2.3	Nazistas sobem ao poder.....	24
3	1933-1934: A BATALHA PELO EMPREGO.....	28
3.1	O abandono da ortodoxia.....	28
3.2	Os projetos de criação de emprego e retomada da indústria pesada.....	31
3.3	Trabalho, propriedade privada e manipulações estatísticas.....	35
4	1934-1935: O PLANO NACIONAL E RESTRIÇÕES EXTERNAS.....	39
4.1	O Plano Nacional e a crise de 1934.....	39
4.2	O caminho da autarquia.....	46
5	1936-1939: O PLANO QUADRIENAL E O CAMINHO SEM VOLTA.....	50
5.1	O plano quadrienal de 1936.....	50
5.2	Barreiras ao plano.....	54
5.3	Anexação, expansão do rearmamento e sobreaquecimento.....	57
5.4	O caminho do fim.....	65
6	CONCLUSÃO.....	68
	REFERÊNCIAS.....	70

1 INTRODUÇÃO

1.1. O nazifascismo

Para compreender o fenômeno da ideologia nazista, que originou o partido Nacional Socialista (NSDAP), liderado por Adolf Hitler, Adam Tooze diz, em seu livro, “O Preço da Destruição”, que o ponto de partida para a compreensão do que aconteceu nesse período é de que “os povos fazem sua própria história, e que a vontade humana, tanto individual quanto coletiva, tem de ser o ponto de partida para qualquer relato sobre a Alemanha Nazista” (TOOZE, 2013, p. 20). E diz, também, citando Karl Marx (1818-1883) que “não a fazem simplesmente como desejam; não a fazem segundo circunstâncias de sua escolha, e sim segundo as que enfrentaram, dadas e transmitidas do passado” (TOOZE, 2013, p. 20). Para além desse ponto de partida que Tooze, se apoiando em Marx, levanta, temos uma contribuição também crucial de Carl Levy, que diz que “Se cada fascismo é necessariamente único em sua cultura histórica, não pode, por definição, haver uma forma genérica de fascismo” (LEVY, 1999, p. 109).

Colocando diante de nossa leitura essa compreensão e tendo, como o objetivo dessa definição, não debater sobre os diversos fascismos e suas diversas interpretações, mas entender os pontos comuns entre todos esses diversos fascismos e inserir esses pontos dentro da especificidade da experiência alemã, podemos entender a ideologia nazista em sua especificidade e compreender como um fenômeno que respondeu a acontecimentos de sua época e em sua sociedade. Essa época e sociedade, as quais são produto do desfecho da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e o Tratado de Versalhes (1919).

Dos pontos comuns que enquadram o caráter fascista de forma generalizada por todas as suas experiências e não dizem respeito apenas a experiência alemã temos o movimento de massas, mobilizado por uma figura autoritária e carismática que justifica seu poder num Estado forte, centralizador e ditatorial, cujas ideologias são antissocialista, antidemocrática e antiliberal. A legitimidade de um regime fascista se concretiza na aceitação pela massa, tratada propriamente pela literatura como uma nuvem passiva de pensamento crítico, ferramenta disposta a seguir o líder. “Enunciação e recepção do fascismo entrelaçam-se no brilho de um novo fazer da política, com rituais e cerimônias que devolvem a identidade do sujeito, mesmo que essa identidade seja irracional” (SILVA, 2000, p. 140). É comum a usurpação de símbolos de movimentos revolucionários de base para seduzir camadas operárias. A história nacional é recuperada, editada e reinventada como símbolo nacional de unidade.

A Alemanha, em 1918, se encontrava em um período de grande instabilidade política com insurreições e levantes comunistas ameaçando a política alemã, que muito mantinha suas características pré Primeira Guerra Mundial de conservadorismo e nacionalismo e, portanto, tinha interesse na supressão total desses levantes. Nessa situação, a união da nova república com o exército foi imediata, junto das Freikorps, milícias de ex-militares da guerra inconformados com a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, que eram apoiadas pela república para reprimir os levantes e insurreições comunistas pela Alemanha. Nesse período de 1919 a 1923, a Alemanha foi tomada por uma onda de violência política, na qual a repressão dos levantes levaram a assassinatos políticos, como o de Rosa Luxemburgo (1871-1919), Karl Liebknecht (1871-1919) e diversas outras figuras públicas na Alemanha no período considerados “inimigos da nação” pelas milícias, que também consideravam os “Criminosos de Novembro”. Esses inimigos seriam os políticos comprometidos com a assinatura do Tratado de Versalhes e autores da “punhalada pelas costas” que a Alemanha sofreu com a assinatura do armistício (MAZZUCHELLI, 2008). É nesse ambiente político que surge o NSDAP, partido de Adolf Hitler, que radicaliza parte do DNVP à extrema direita (TOOZE, 2013).

Ao compreendermos o berço de onde surge o partido nazista e os elementos característicos comuns as diferentes experiências fascistas, podemos começar a agregar os elementos que o constituem o nazismo como uma ideologia fascista específica de Adolf Hitler, que se tornou, anos depois, líder do poder totalitário que dominou a Alemanha por mais de uma década.

Segundo Tooze, no que tange a parte pessoal de Hitler sobre a concepção da ideologia nazista, temos que compreender “o universo mental conflituoso e estranho que ele criou e vivia” (TOOZE, 2013). Hitler participou ativamente nas trincheiras da primeira guerra e desenvolveu o pensamento de que a ideologia liberal de progresso por meio da indústria, trabalho e liberdade não passava de um propagandismo judaico mentiroso que aliciava as potências ocidentais e Rússia e posterior União Soviética a um complô contra as potencialidades alemãs. Essas potências que cerceavam as potencialidades alemãs eram dominadas por financistas judeus e pela conspiração judaica internacional, a qual ele atribuía os principais desfechos negativos da Alemanha na Primeira Guerra Mundial.

Além da conspiração judaica que alinhava as potências ocidentais contra a Alemanha, Hitler acreditava em algo diferente da ideologia liberal, a qual pregava que o trabalho e a indústria eram os fatores decisivos da história. Hitler acreditava na “batalha pela sobrevivência” dos povos desde os tempos antigos, as quais eram motivadas pela necessidade de “espaço vital”. Este era visto por ele como o sucesso por trás do vasto império britânico e

da imensa territorialidade norte-americana, que permitia um modelo “fordista” da indústria de exploração de matérias-primas e mercados próprios. Para a conquista do *Lebensraum*, destinado ao povo alemão, apenas, expulsaria aqueles que não fossem da raça ariana do território destinado ao leste. Para cumprir o destino do povo alemão, o único modo na visão do partido nazista seria por meio da conquista territorial e, conseqüentemente, da guerra.

Para tal objetivo ser cumprido, a filosofia nazista acreditava fielmente na ideia de um guia capaz de levar o povo alemão a construção do *Lebensraum*. A ideia de um líder único que seria o guia de todas as esferas da vida do povo alemão para guiá-los a esse objetivo era a ideia que criou o *Führer*, personificado em Adolf Hitler, na política alemã, após 1933. Essa personificação do líder absoluto em um guia do povo mostrava a face do modo de fazer política que viria a guiar o partido nazista nos anos em que viria a governar, um modelo totalitário baseado na ideologia de seu líder, com “espaço vital” destinado a um povo que se encaixe dentro de sua lógica, e não o povo alemão por completo, como os judeus alemães, os comunistas alemães, homossexuais alemães e ciganos alemães. A esses, o *Lebensraum* nunca foi destinado, pois eram invasores e inimigos da nação e deveriam ser combatidos. Além disso, a ideologia totalitária do governo tinha o objetivo de coagir as diferentes esferas da sociedade, economia, política e sociedade, para um objetivo comum, os objetivos do estado, que se entrelaçaram com os objetivos do *Führer*, uma vez que este era o guia absoluto do povo.

O *Lebensraum* não era apenas o meio de desenvolver a Alemanha em suas plenas potencialidades, mas também era o único meio que Hitler via a possibilidade de resistir a crescente e dominante influência norte-americana, que já adentrava os padrões de vida europeus. Assim, apenas a liderança do mais poderoso país europeu poderia fazer frente a essa expansão de influência e poder por meio da raça, da força e vida no interior, do “espaço vital”, que ainda viria a ser conquista a Leste na visão de Hitler.

1.2 A Alemanha antes de 1929

Como poderia um país democrático que, ao fim da Primeira Guerra Mundial, teve seus exércitos limitados, sofreu cobranças exorbitantes de reparações de guerra que constavam no Tratado de Versalhes e teve seus territórios expropriados ou ocupados pelas nações inimigas durante o conflito, ter, em um período de 20 anos, aproximadamente, se tornado uma ditadura racial totalitária e uma potência militar que desencadearia a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) com todos seus desastrosos e hediondos acontecimentos? As bases materiais e produtivas de um país que saiu da primeira guerra completamente derrotado, humilhado e que levou o mundo a conhecer um processo hiperinflacionário sem precedentes anteriores na história

ocidental. Como poderia esse país tornar-se a maior ameaça no território europeu e no mundo em um espaço temporal de uma geração?

Tendo isso como o ponto de partida de análise, o período da República de Weimar (1919-1933) tem uma posição chave na compreensão dos aspectos que influenciaram a recuperação econômica do processo de crise no imediato pós-guerra. Esse período tem um fator chave sobre a compreensão dos movimentos internos de política na Alemanha, devido ao fato de ser uma imposição dos vencedores da Primeira Guerra Mundial à Alemanha, portanto, a própria república já era interpretada pelas alas mais radicais nacionalistas como uma prostração humilhante do que já fora outrora sob a governança dos Imperadores alemães, os Kaisers. Além de sujeitar a nação alemã a pagar pela sua perda de condições de influência militar e econômica e, portanto, a pagar pela reconstrução do poder de seu Estado.

Ao encerrar-se a Primeira Guerra Mundial, com a rendição alemã no armistício 11 de novembro de 1918, as tensões que levaram ao conflito mundial não cessaram com o fim das hostilidades do campo de batalha. A crença dos países aliados de que uma nação da complexidade e porte da Alemanha iria se sujeitar às humilhações do Tratado de Versalhes e acatar a tutela dos países vencedores da Primeira Guerra Mundial para a manutenção da paz na Europa era ingênua, e os EUA ainda não haviam acatado sua posição como nova hegemonia mundial a ponto de impor os 14 pontos de Wilson, que buscava uma paz duradoura na Europa. A República de Weimar nasce, então, como um produto de um tratado decidido por aqueles que a subjugarão nos salões de Versalhes. Pela visão de figuras públicas da época, Hjalmar Schacht (1877-1970) e John Maynard Keynes (1883-1946), a paz na Europa só poderia se estabelecer de forma duradoura pela reconstrução e fortalecimento da economia alemã, como pensada nos 14 pontos de Wilson, porém a escolha aliada não trilhou esse caminho e o Tratado de Versalhes visava impedir o reerguimento da economia alemã, nas palavras de Richard Overly “[they] were designed to hold back German economic revival” (OVERLY, 1999, p. 6), e relegou a Alemanha um status de humilhação frente às outras potências europeias (MAZZUCHELLI, 2008). Dessa forma, a Primeira Guerra Mundial se encerra sem resolver os problemas centrais que levaram à deflagração do conflito em 1914, arrasando a ordem que regia o mundo antes de 1914 e falhando em estabelecer uma ordem verdadeiramente capaz de conduzir o mundo à manutenção da paz. Paz essa que a Alemanha demoraria a conhecer em seu próprio território, encerrada a Primeira Guerra Mundial.

Além do cenário caótico da política, a economia alemã, apesar de não ter sido fisicamente destruída nos conflitos da primeira guerra, estava em ruínas. As perdas se somavam de territórios e recursos naturais a exigências no Tratado de Versalhes. A produção industrial

e PIB alemão já eram apenas uma fração do que foi antes da Primeira Guerra Mundial, e a economia alemã mantinha déficits e elevava seu endividamento de curto prazo, fenômenos comuns de tempos de guerra. Após o fim do conflito, o que exercia pressão permanente sobre os gastos públicos (MAZZUCHELLI, 2008, p. 9) e também via uma pressão constante em seu balanço de pagamentos dado as exigências do tratado, elemento principal responsável pela escalada inflacionária na Alemanha após a Primeira Guerra Mundial, uma vez que o balanço de pagamentos alemão desfavorável (como resultado das dificuldades de se obter crédito, da necessidade de se importar produtos agrícolas e minerais, somadas ao pagamento de reparações em espécie), foi a causa da depreciação da taxa de câmbio do marco. A referida depreciação resultou em um aumento de preços e salários e, consequentemente, em escassez de moeda em circulação. O Banco Central Alemão, para evitar uma quebra nas relações econômicas, passou a emitir moeda a fim de aumentar o meio circulante e facilitar as transações com um nível de preços elevado, de acordo com Helfferich (LAIDLER; STADLER, 1998).

Em 1923, devido ao não pagamento das reparações de guerra contidas no Tratado de Versalhes, os franceses ocuparam a região do Vale do Ruhr, uma das regiões de maior concentração de produção industrial alemã. A ocupação francesa foi respondida com a resistência passiva dos trabalhadores alemães, que, bem-sucedida na intenção de resistir a ocupação, deflagrou um processo hiperinflacionário na Alemanha, que vinha realizando um processo de recuperação econômica e se limitava pela inflação que ano a ano, de proporções alarmantes e que culminou na extinção do marco alemão. Gustav Stresemann (1878-1929), o então chanceler, pediu o fim da resistência passiva no Vale do Ruhr e criou a nova moeda da Alemanha sob a condução de Schacht e com o apoio financeiro dos EUA, o Rentenmark.

O apoio financeiro dos EUA sobre a moeda alemã é o elemento central da estabilização promovida. O plano reunia tanto as motivações do então ministro das relações exteriores, Stressman, e do ministro do Reichsbank, Schacht, quanto dos benefícios que eram buscados pela Comissão Dawes, composta principalmente pelo general e banqueiro Charles G. Dawes (1865-1951) e pelo industrialista Owen Young (1874-1962). Na interpretação de Stressman, a construção de uma aliança atlântica com o apoio dos EUA era a forma que a Alemanha poderia se beneficiar e se reconstruir com o apoio financeiro norte-americano, pois, na visão de Stressman e compartilhada por Schacht, o poder da economia americana era o motor que iria dinamizar o mundo após a Primeira Guerra Mundial e, portanto, era fundamental ter o interesse dos EUA e seu apoio para com a economia alemã.

Para a estabilização monetária, foi fundamental o retorno da nova moeda alemã ao padrão-ouro. Mazzucchelli advoga na importância fundamental de Schacht no comando do

Reichsbank pela postura de comprometimento com a estabilidade e confiabilidade na nova moeda. Além do comando e empenho de Schacht, o apoio dos EUA, simbolizado no Plano Dawes (1924-1929), era essencial para a nova moeda não trilhar os caminhos da inflação que seu antecessor, o marco, trilhou. O plano consistia em fornecer empréstimos dos EUA para a Alemanha para dar credibilidade a nova moeda e reordenar a forma que as reparações iriam ocorrer e seus prazos, para proteger os novos investimentos americanos no território alemão de debilitações econômicas que as reparações nos moldes anteriores podiam proporcionar aos investimentos americanos.

Durante a vigência do Plano Dawes, capitais norte-americanos irrigaram a economia alemã, que teve enorme procura pelos empréstimos sujeitos a altos juros devido ao temor da volta da inflação. O período foi de relativa estabilidade e crescimento na economia e parecia que a aliança atlântica empreendida por Stressman e Schacht reservavam um futuro otimista sobre a economia alemã e seus planos de usar dos interesses americanos na Alemanha para rever as condições das reparações do Tratado de Versalhes poderiam vir a se realizar com efetividade. A estratégia consistia em tornar as condições de pagamento de reparações em problemas não só para a Alemanha, mas como fator desestabilizador dos investimentos norte-americanos na economia alemã.

A Alemanha agora tinha um influxo de recursos em seu território, porém esses recursos financeiros eram voláteis e, na presença de retornos mais interessantes, poderiam sair sem maiores dificuldades e causariam grande instabilidade na economia alemã. Não tardou até que, em 1928, a efervescência da Bolsa de Nova Iorque atraiu os capitais do plano de volta ao território americano. A mesma bolsa em que, no ano seguinte, ocorreria o ‘Crash’, que daria início a maior crise do capitalismo até então, A Grande Depressão (1929-1933). A Crise de 1929 lança novamente o país em constantes oscilações e queda nas atividades. “Essa crise teve efeitos acentuados na economia alemã e provocou a deflação que os partidos políticos alemães não conseguiram combater” (SCHACHT, 1999, p. 312).

2 O CRASH DE 1929, A GRANDE DEPRESSÃO NA ALEMANHA E OS NAZISTAS SOBEM AO PODER

2.1 O Crash de 1929

Como a estrutura de financiamento da economia alemã, nesse momento, dependia demasiadamente dos fluxos de empréstimos de curto prazo, não tardou para que a interrupção desses empréstimos fosse executada pelos grandes bancos americanos e isso afetasse a economia alemã. Desde 1928, esses fluxos se reduziram, com a colocação total de *bonds* estrangeiros nos EUA, caiu de US \$530 milhões no segundo trimestre de 1928 para US \$119 milhões no trimestre seguinte. No caso dos *bonds* alemães, a queda foi de US \$154 milhões para US \$14 milhões (MAZZUCHELLI, 2008, p. 31). Logo nas semanas seguintes, a “Black Tuesday” (29 de outubro de 1929) causou o maior pânico de vendas de ações registrado até então, no volume de 16,4 milhões de ações no dia, os efeitos em cadeia do crash começavam a prejudicar os bancos, à medida que a falência de empresas fazia seus investimentos se esvaziarem e, para reduzir suas perdas, interromperam os empréstimos de curto prazo que já estavam em patamares reduzidos desde 1928 para a Alemanha.

Tabela 1- Balanço de Pagamentos alemão 1927-1932.

Alemanha (1927-32): Balanço de Pagamentos (Milhões de RM)

	1927	1928	1929	1930	1931	1932
(1) Transações correntes	(4.244)	(931)	(2.469)	(601)	1.040	257
(2) Empréstimos longos	1.703	1.788	660	967	126	(36)
(3) Empréstimos curtos	1.779	1.335	765	117	477	(763)
(4) Outros movimentos	310	1.000	879	(594)	(3.496)	286
(5) Balanço de capitais	3.972	4.123	2.304	490	(2.693)	(513)

Fonte: Overy (1986: 12)

Fonte: Mazzucchelli (2008, p. 31).

Nesse momento de retração do crédito na Alemanha pelos bancos americanos, a situação era muito delicada na ainda fragilizada economia alemã, que dava sinais de recuperação dos anos anteriores e era muito dependente dos empréstimos de curto prazo americanos que foram interrompidos. Essa situação fez a ponta devedora alemã incorrer em outros empréstimos de curto prazo com condições cada vez mais adversas e tornavam o financiamento inerentemente mais instável, ocasionando fugas de capitais do país. Esse esvaziamento dos capitais, principalmente norte americano, fragilizou a estratégia

transatlântica de cooperação que havia se desenvolvendo no plano Young e acabou por ser o cerne de uma questão política que esvaziou os partidos de centro e iniciou um processo de concentração de votos nos extremos políticos, como o partido Comunista (KDP), o DNVP e o NSDAP, o qual, em 1928, teve uma votação ínfima (2,5% dos votos) e, em 1930, já concentrava a segunda maior quantidade de cadeiras no Reichstag, com 18,3% dos votos.

Os motivos que levaram a essa ascensão do partido nazista no cenário político têm muito a se considerar dos resultados diretos de como a economia alemã foi conduzida em resposta aos acontecimentos intensificados em 1929, com a reversão dos fluxos de empréstimos de curto prazo e falência de empresas generalizadas. Nesse momento, a Alemanha e sua indústria necessitavam de políticas anticíclicas e de estímulo que vinham se restabelecendo até 1928. Porém um fator primordial em toda decisão econômica e de política monetária na Alemanha nessa época tinha uma influência fortíssima da memória da época da hiperinflação do início da década de 1920 e tornava opções anticíclicas algo que os *policy makers* temiam. Ao assumir a chancelaria, em 20 de março de 1930, Heinrich Brüning (1885-1970) tinha a sua frente um enorme desafio de reviver a economia alemã, ao mesmo tempo que havia de manter a confiança na nova moeda, feitos os quais não conseguiu realizar.

2.2 A Grande Depressão na Alemanha

Bruning optou por combater a depressão que se espalhava pela Alemanha com um receituário liberal clássico de austeridade e políticas deflacionárias, mirando principalmente uma contração dos gastos públicos em um cenário no qual as receitas do governo diminuíram devido ao aumento da pobreza, desemprego e falências das empresas; além de parte dos empréstimos que haviam cessado com a contração do crédito, o que fazia a capacidade do governo de cumprir suas obrigações via empréstimos algo virtualmente inexistente (EVANS, 2010). Como o medo da volta da inflação era algo muito vivo na memória alemã, Bruning continuou com a moeda alemã atrelada ao padrão-ouro, à medida que outros países o abandonaram, com isso, a situação da moeda alemã foi para uma supervalorização devido às desvalorizações competitivas que os países que abandonaram o padrão-ouro realizaram.

A estratégia que Bruning buscava era a de reduzir os preços internos para tornar as exportações competitivas e manter a confiança na moeda alemã, por meio dos cortes de salários e gastos do governo, aumento dos impostos e de juros, reduzindo a demanda interna e atraindo empréstimos. Porém sua estratégia não entendia a realidade do momento, na qual a demanda mundial estava em níveis extremamente baixos e com estratégias de “*beggar thy neighbor*” sendo executadas pelas principais economias do mundo com a ruína do padrão-ouro,

economias essas que seriam as principais demandantes dos produtos alemães no plano de Brüning. Toda essa estratégia levou a um fim trágico de falência generalizada, desemprego e pobreza no território alemão.

As primeiras medidas deflacionárias de Brüning, em 1930, com a ideia de alinhar os preços domésticos e promover as exportações com a redução dos preços trouxe, junto dessa redução, uma queda significativa na produção industrial, do investimento e do emprego, com a produção caindo 13%, os novos investimentos das principais SA's caindo significativamente e o desemprego passando a atingir 3 milhões de alemães, o que correspondia a 15,3% da força de trabalho (MAZZUCHELLI, 2008, p. 36). Nesse cenário de altíssima impopularidade frente ao enfrentamento da depressão que se instaurava na Alemanha, os nazistas começam a ter maior popularidade entre os mais afetados pela depressão e pelas políticas deflacionárias em vigor. Com o apoio dos pequenos agricultores e de parcela dos desempregados urbanos, que se dividiam entre os diversos partidos, incluindo o comunista, passaram a apoiar o anteriormente insignificante partido e, já nas eleições de 1930, saltaram de 2,5 % dos votos para expressivos 18,3%, se tornando o segundo partido com mais cadeiras no Reichstag e os comunistas já representavam 13,1% dos votos. O esvaziamento do centro político com o qual Brüning era identificado era visível, e o radicalismo se intensificava de forma acelerada durante a Grande Depressão.

Apesar do comércio internacional se manter em um baixo nível de demanda por exportações devido a diversas políticas protecionistas e de desvalorizações competitivas, em 1931, Brüning passou a realizar novas rodadas de políticas deflacionárias, com redução de pagamentos de auxílio desemprego para os trabalhadores urbanos e outras medidas de proteção social sendo reduzidas. No final de 1932, restavam apenas 618 mil pessoas recebendo o seguro-desemprego; 1,23 milhão o benefício contra a crise; 2,5 milhões o amparo assistencial e mais de 1 milhão cujo período sem emprego havia ultrapassado os limites de tempo agora estabelecidos para cada um desses programas, e que, por isso, careciam de qualquer tipo de renda regular (EVANS, 2010). Esse nível de pobreza generalizada entre os trabalhadores era um dos grandes problemas da economia alemã. A recuperação por meio da indústria e do setor de serviços se via cada vez mais distante, à medida que a população entrava em condições miseráveis, não tinha condições de consumir bens de subsistência e muito menos bens industriais de forma a estimular a produção, a qual não conseguia buscar de maneira suficiente os mercados internacionais que tanto Brüning apostava.

No verão de 1931, a situação já trágica da economia alemã se encontra com um verdadeiro desastre, que leva a crise a proporções ainda piores do que já se observava no

começo de 1931. Dois fatores foram fundamentais para a intensificação da depressão na Alemanha, o primeiro deles é a força com que o partido nazista ocupou espaço significativo no Reichstag, levando os credores estrangeiros ao pânico de terem seus recursos tomados pelos nacionais-socialistas, e o segundo é a crise bancária austríaca, que gerou um efeito contágio de grandes proporções na Alemanha.

Em maio de 1931, o maior banco de depósitos da Áustria, o Credit Anstalt, tomado por uma evasão de capital de credores estrangeiros, quebrou, e, mesmo tendo poucos investimentos oriundos de negócios alemães e depósitos originários da Alemanha, o pânico financeiro se espalhou para o território alemão e a fuga de capitais se instaurou. Devido a posição de Bruning de defesa do padrão ouro e baixa intervenção nos movimentos disruptivos da fuga de capitais na Alemanha, cuja evasão foi tão intensa que quebrou o gigante banco Darmstädter und Nationalbank (Danat) em 13 de julho de 1931, o qual era muito dependente de capitais estrangeiros norte-americanos. Os bancos não tiveram outra opção senão uma contração do crédito em proporções destrutivas para a conjuntura dos negócios na Alemanha, à medida que Bruning se recusava a abandonar sua agenda deflacionária mesmo com situações extremas que se apresentavam na economia alemã.

O Reichsbank, frente a essa fuga de capitais e corrida bancária, estabeleceu um fechamento geral do sistema financeiro alemão e controles de câmbio que acabavam com o funcionamento do padrão-ouro livre na Alemanha. O valor do Reichsmark se mantinha atrelado ao ouro, porém depósitos de moeda estrangeira se tornaram nacionalizados e eram racionados aos desejos do Reichsbank (TOOZE, 2013). Apesar desse controle, novos problemas surgiam da contaminação bancária que agora se instalava no Reino Unido, que, em setembro de 1931, abandonou o padrão-ouro, de forma que a libra se desvalorizou 20% e passou a flutuar livremente, diferentemente do Reichsmark, que não abandonou a paridade.

Tabela 2 - Dados da Grande Depressão na Alemanha, 1928-1932.

Dados da Grande Depressão na Alemanha, 1928-1932

	1928	1929	1930	1931	1932
PNB (Bilhões de RM)	89.5	89.7	83.9	70.4	57.6
Renda Nacional (Bilhões de RM)	75.4	76	70.2	57.5	45.2
Produção industrial (1928 = 100)	100	100.1	87	70.1	58
Exportações (Bilhões de RM)	12.3	13.5	12	9.6	5.7
Importações (Bilhões de RM)	14	13.5	10.4	6.7	4.7
Desemprego (milhões)	1.4	1.8	3.1	4.5	5.6

Fonte: Overy (1986: 12)

Fonte: Mazzucchelli (2008, p. 36)

Acompanhando a decisão britânica, dezenas de outros países abandonaram o padrão e desvalorizaram competitivamente as suas moedas, porém países como a Alemanha, que se recusaram a desvalorizar por motivos já esclarecidos, tinham que utilizar recursos restritivos na conversão de moeda e comércio para defender seus balanços de pagamento. Com as desvalorizações competitivas de outros países, os ganhos de exportação almejados por Bruning logo se esvaziaram e teve como resultado uma queda de 30% nas exportações alemãs, prejudicando ainda mais a já fragilizada situação do balanço de pagamentos alemão, que precisou de reduzir as importações, de forma a prejudicar a dinâmica interna da produção e comércio, para se proteger.

Apesar da situação crítica que a política deflacionária de Bruning estabeleceu na economia alemã, uma questão fundamental fora resolvida a altos custos, as reparações de guerra. A questão das reparações de guerra era central na política de não desvalorização de Bruning, uma vez que uma desvalorização do reichsmark levaria a um aumento da carga de reparações, pressionando o balanço de pagamentos alemão. Com a situação internacional deteriorada e a cooperação internacional em frangalhos, a desvalorização da moeda alemã era vista como positiva pelos ingleses, porém Hoover via, no compromisso de Bruning, a disposição e a confiança de arcar com o serviço da dívida de longo prazo que os alemães tinham frente os EUA, e, portanto, não defendia a desvalorização, mas apoiava o fim das reparações, a qual os ingleses e franceses eram contra. A questão das reparações só viria a ser resolvida em um tratado que demorou 12 meses para sua conclusão de eliminação das reparações em uma conferência em Lausanne. Apesar do tratado, suas possibilidades positivas de recuperação das relações econômicas e políticas na Europa vieram tarde demais, e o futuro da economia alemã já estava em condições sombrias (TOOZE, 2013).

Bruning, reafirmando seu compromisso deflacionário, viria a realizar uma nova onda de decretos de austeridade em 8 de dezembro de 1931: cortes de preços, salários, remunerações, aumento das taxas de juros e aumento nos impostos sobre uma Alemanha em condições econômicas funestas. O cenário criado pelas políticas adotadas e as condições do comércio internacional eram desastrosos para a realidade econômica alemã. O desemprego atingia diretamente quase 6 milhões de alemães, realidade mascarada, pois jornadas reduzidas e subempregos escondiam uma situação ainda pior das condições e volume do emprego na Alemanha, além das bancarrotas e falências generalizadas. Os principais grandes grupos dos grandes negócios alemães, desde seguros à siderurgia e engenharia, precisaram de socorro estatal ou foram incorporados pelo estado para se manterem, assim como os bancos, que foram largamente estatizados para evitar a falência. As condições no campo eram desastrosas, com os fazendeiros e trabalhadores rurais não conseguindo pagar suas hipotecas, à medida que os bancos retiravam de circulação os empréstimos do qual dependiam, expandindo as condições de desemprego e com propriedades arruinadas, afetando ainda mais o tecido produtivo da economia agrícola já desgastada.

2.3 Nazistas sobem ao poder

Bruning, em 1932, é tido como o chanceler mais impopular da República de Weimar, o “consenso da deflação”, que havia o sustentado até 7 de outubro de 1932, data de sua renúncia, passa a abandonar o apoio ao chanceler ao se observar a situação em que a Alemanha havia adentrado de depressão profunda e aparente incapacidade de solução dos seus principais problemas. É nessa Alemanha que Hitler busca apoio a sua visão nova para o povo alemão, baseado em discursos de ordem moral e nostálgica, relembrando os tempos de Bismarck e ressaltando a unidade racial do povo alemão como o caminho para se recuperar a Alemanha da crise, a qual os preceitos liberais da República, em conluio com a conspiração judaica internacional, haviam subjugado.

Tabela 3 - Eleições Parlamentares na Alemanha (1919-1932 % dos votos).

Eleições Parlamentares na Alemanha, 1919 -1932 (% dos votos)								
Partidos Selecionados	Jan-19	Jun-20	May-24	Dec-24	May-28	Sep-30	Jul-32	Nov-32
DNVP	10.3	15.1	19.5	20.5	14.2	7	5.9	8.3
NSDAP	-	-	6.5	3	2.6	18.3	37.3	33.1
Zentrum + DVP + DDP	42.6	35.8	28.3	30	25.7	20.1	14.7	14.8
SPD	37.9	21.7	20.5	26	29.8	24.5	21.6	20.4
KPD	-	2.1	12.6	9	10.6	13.1	14.3	16.9

Fonte: Kolb (1998: 194-5).

Fonte: Mazzucchelli (2008, p. 5).

Para apoiar essa visão, Hitler buscou apoio popular naqueles que seriam os mais afetados pela crise da Grande Depressão, os agricultores alemães e a classe média alemã. Os primeiros representavam, em 1925, 25% da população alemã, o que era um contingente eleitoral muito significativo para os partidos que conseguissem o apoio desse eleitorado. Esse apoio, em 1932, foi em grande parte aos partidos da extrema direita alemã, o NSDAP e DNVP, que buscaram, junto do lobby político dos agricultores, apoiar a causa agrícola, a qual estava em um estado decadente em 1932. Esses partidos buscavam advogavam ser a favor de termos vantajosos para os agricultores, como cotas e preços mínimos para a produção desses, que haviam visto o preço de seus produtos caírem significativamente com a Grande Depressão. Como resultado, em distritos eleitorais agrícolas do Norte, chegaram a obter até 68% dos votos em Wiefelstede no distrito eleitoral de Weser-see; 57% em Brünen, no distrito oeste de Düsseldorf e 62% em Schwesing, em Schleswig-Holstein (EVANS, 2010). No segundo grupo, mais heterogêneo, o apoio se deu principalmente pelos discursos inflamados que reforçavam a ideia de uma Alemanha unida pela raça e os tempos melhores antes da república, que haviam conduzido a Alemanha ao ponto mais baixo da depressão e, portanto, se apresentavam como os antagônicos a república. Os trabalhadores, principalmente os não sindicalizados e os que viviam em locais de fraca tradição trabalhista ou social-democrata, eram altamente simpáticos aos nazistas, devido às suas promessas em comícios e discursos, de uma Alemanha que renasceria e os tiraria da miséria. Em áreas de forte sindicalismo e tradição social-democrata, a mesma classe trabalhadora concentrava seus votos no outro extremo político, os comunistas, que estavam experimentando um crescimento significativo do seu eleitorado, devido ao esvaziamento político do centro, assim como os nazistas.

Além do apoio de massas, Hitler buscava o apoio dos grandes negócios alemães para a sua campanha, tanto em questões de financiamento quanto de apoio político. Hitler, ao se encontrar com membros desse grupo em janeiro de 1932, no clube da indústria em Düsseldorf, prometia a extinção dos sindicatos, o rebaixamento e o congelamento dos salários e o fim das negociações coletivas. Aqui, o foco de Hitler era contra os comunistas, seu antisemitismo no discurso era substituído pela aversão ao marxismo em reuniões com membros da alta indústria. Com essas propostas, o NSDAP propunha, em termos práticos, a extinção das proteções, condições de barganha trabalhistas e dos seus principais defensores, os comunistas. Os comunistas estavam em crescente popularidade, ocupando o terceiro maior número de cadeiras no Reichstag, com 89 deputados eleitos com 14,2% dos votos em 1932. Por isso, era de grande interesse dos grandes industriais alemães e da alta burguesia alemã as propostas de repressão sindical e a quebra dos coletivos dos trabalhadores. Apesar disso, os comunistas estavam longe

das proporções alcançadas pelos nazistas, os quais, ao final da eleição de julho de 1932, eram o primeiro partido em número de deputados no Reichstag com 37,2% dos votos e 230 cadeiras obtidas.

Em meio a popularização dos extremos, principalmente a extrema direita, com os nazistas, conservadores tradicionais, como Schacht, que já não ocupava o cargo de presidente do Reichsbank desde 1930, em 1931 reaparece em comícios com Adolf Hitler, defendendo que a Alemanha precisava para além de uma renovação econômica nos planos sem “espinha dorsal” de Brüning, uma renovação moral e de caráter (TOOZE, 2013), que os nazistas eram incansáveis em discursar sobre para retirar a Alemanha das condições nefastas que as políticas deflacionárias estavam causando.

Dessa forma, o partido nazista teve sucesso em angariar um grande volume de votantes em 1930 e mais ainda em julho 1932, no ponto mais baixo da Grande Depressão na Alemanha, se colocando como um partido de protesto à República de Weimar. Hitler e seu partido ofereceram uma vaga, mas poderosa visão retórica de uma Alemanha unida e forte, um movimento que transcendia fronteiras sociais e superava conflitos sociais, uma comunidade racial de todos os alemães trabalhando juntos, um novo Reich que reconstruiria o poder econômico da Alemanha e restituiria a nação a seu lugar de direito no mundo (EVANS, 2010). O discurso então pregado pelos nazistas reunia um retorno a um passado dos Bismarcks, que se tornava glorioso no imaginário popular, devido à gravidade da situação da Grande Depressão, e acabavam por nortear um movimento que reunia o que as diversas partes do povo alemão viam como errado na república e centralizaram em si a oportunidade do povo registrarem, por meio do voto, a sua desilusão e frustrações com o resultado que o governo republicano levou a Alemanha em um movimento que se opunha ao ideal republicano em todos os sentidos (EVANS, 2010). Porém o que os nazistas não ofereciam, em suas enérgicas demonstrações propagandísticas como comícios, marchas, discursos e campanhas, eram soluções concretas para os problemas da Alemanha, muito menos no setor em que eram mais necessárias: economia e sociedade (EVANS, 2010).

Com a Renúncia de Brüning, em 7 de outubro de 1932, o cargo de chanceler da Alemanha foi passado, pelo presidente Paul Von Hindenburg (1847-1934), para Franz Von Papen (1879-1969), um conservador de tradição prussiana, que não possuía apoio de ampla maioria do Reichstag, uma vez que Hitler não aceitava qualquer cargo que não o de chanceler e devido à dimensão que os nazistas ocupavam no parlamento alemão e a incapacidade do governo construir uma coalizão estruturada dos partidos para formar uma ampla maioria. Apesar de ser o maior partido do Reichstag, os nazistas não conseguiram formar o governo na

peça central que necessitavam, a chancelaria, o que desmotivou parte dos eleitores e dos deputados que compunham o partido. Mantida sob a tutela de Von Papen, a chancelaria ficou sob seu nome até 17 de novembro de 1932, quando renunciou o cargo, visto que não conseguia articular apoio parlamentar significativo em seu governo. Ele foi sucedido por Kurt Von Schleicher (1882-1934), ministro da defesa de seu governo e conselheiro próximo do presidente Hindenburg.

Com eleições reconvocadas para novembro de 1932, os nazistas sofreram um revés eleitoral expressivo de 37,2% dos votos em julho, para 33,1% em novembro. Os motivos centrais para essa queda na popularidade do NSDAP foram em parte pela recusa de Hitler de participar do governo e parte pelo processo de recuperação econômica mundial que começava a ser visto nos EUA e nos outros países centrais como a Alemanha. Isso era crucial, pois a possibilidade de uma revitalização econômica dentro dos moldes republicanos era contra toda a avaliação econômica que os nazistas expressavam sobre a República de Weimar. Até mesmo o mais influente e pessimista comentarista econômico do período, o Instituto de Berlim para pesquisa de Ciclos de Negócios, declarava que o processo de contração estava superado (TO'OZE, 2013). Diversos outros jornais, como o correspondente do *The Economist* em Berlim e o “*Vorwaerts*”, diário dos socialdemocratas, viam um futuro promissor na economia alemã e nefasto para Hitler.

Apesar desses recuos na popularidade dos nazistas e de um ambiente econômico promissor, segundo os especialistas da época; nos bastidores da alta cúpula do poder, composta pelo então chanceler Schleicher, o ex-chanceler Von Papen e o presidente Hindenburg uma manobra articulada por parte de Von Papen, apoiando a demissão de Schleicher pelo presidente Hindenburg, com o plano de efetivar um governo articulado com ampla base de apoio junto dos nazistas ao oferecer Hitler o cargo de chanceler. Tal ato era impensável na mente de Hindenburg até as articulações e convencimento por parte do ex-chanceler. Convencido por Von Papen, Hindenburg coage Schleicher a renunciar ao cargo de chanceler no dia 28 de janeiro de 1933. E, em 30 de janeiro de 1933, entrega a chancelaria a Adolf Hitler. Esta data marca o fim da República de Weimar e dá início ao Terceiro Reich (1933-1945).

3 1933-1934: A BATALHA PELO EMPREGO.

3.1 O abandono da ortodoxia

Agora, com a chancelaria sob o comando dos nazistas, a sua preocupação imediata, apesar da centralidade do rearmamento e da expansão, via conquista do *lebensraum*, ao Leste, se voltou para a questão mais crítica do momento na Alemanha, o desemprego. Como já observado, o desemprego atingia aproximadamente 6 milhões de trabalhadores, que eram equivalentes a $\frac{1}{3}$ da força de trabalho disponível. Além disso, outros empregados se encontravam em condições de subemprego, com jornadas intensamente reduzidas e em situações esporádicas. Essa situação representava o problema mais alarmante do momento para a consolidação do poder dos nazistas, pois, sem o apoio desse enorme contingente, dificilmente os nazistas teriam condições de se manter no poder.

O recuo observado na popularidade dos nazistas em novembro de 1932 preocupava o regime que ainda não havia conseguido estabelecer uma maioria eleitoral no Reichstag e precisava se apresentar como legítimo ainda no começo de 1933. Para isso, a elaboração de planos de emprego via crédito era a solução que Hitler imaginou ser mais rápida para a solução imediata do problema do desemprego na Alemanha, porém a composição dos seus ministérios, principalmente o do Reichsbank, estava nas mãos de ortodoxos tradicionais alemães, entre eles, Hans Luther. A criação de empregos via crédito era condenada pelos ortodoxos, que interpretaram isso como um caminho direto para a retomada do processo inflacionário que havia afetado a economia alemã uma década antes. Porém a missão de redução do desemprego era o objetivo imediato de Hitler, pois, só com a sua solução, os nazistas poderiam se dedicar aos seus objetivos principais de rearmamento e expansão. E, para a solução desse problema, a ortodoxia alemã em matéria de política econômica estava com seus dias contados no governo nazista.

Em março de 1933, Hans Luther, um dos símbolos da ortodoxia alemã, foi substituído no comando do Reichsbank pela figura central do controle da hiperinflação alemã, Hjalmar Schacht, que substituiu outras pastas econômicas sob comando de ortodoxos por outros alinhados com os planos do partido nazista. Isso significava o distanciamento definitivo da política econômica da ortodoxia e abria caminho para a defesa da paridade do Reichsmark com o ouro, frente a desvalorização do dólar e a retomada de planos de emprego com crédito estatal. Programas como esse foram largamente apoiados por Schacht e financiados com auxílio do Reichsbank com financiamentos criativos para os diferentes projetos, principalmente aqueles que uniam empregabilidade e objetivos do rearmamento. Segundo Tooze: “Hitler e Schacht

fizeram da defesa do valor do Reichsmark em ouro o símbolo da confiabilidade e integridade do novo regime” (TOOZE, 2013). Isso, no imaginário popular, atrelava o regime ao compromisso de que ele não permitiria a ocorrência de uma hiperinflação como a do começo da década de 1920.

Para compreender a magnitude da mudança que o abandono da ortodoxia iria significar na condução de política econômica alemã, Schacht disse:

German socialism means that the development of national economic life is not left to its own devices but that the state, standing for the people, sees to it that economic tasks are carried out, even to some extent assuming responsibility for them itself. [...] The core of the new order is the creation of a money and capital market that is adequate for the tasks of the "national socialist state. (BARKAI, 1990).

Aqui, tem-se o compromisso de usar a economia como forma de desenvolver os interesses do estado alemão, não necessariamente via estatização, mas conduzindo os mercados de forma a realizarem os desígnios do estado alemão.

Com a ortodoxia colocada de lado, os programas de emprego financiados por meio de créditos tinham o aval e apoio do Reichsbank. Esses programas não foram invenção dos nazistas, pois, em 1932, o general Schleicher já havia desenhado um programa de criação de empregos por emissão de créditos estatais. Os nazistas apenas o executaram com apoio de instituições como um grupo de bancos filiados ao estado criado por Brüning, em 1930, com o objetivo de financiar programas de criação de empregos que haviam sido abortados por ele na época. Para o funcionamento desses planos, era necessário que as empresas e agentes executassem projetos do governo e aceitassem pagamentos na forma de títulos que renderiam juros (títulos de criação de emprego), e não em moeda, em nome da entidade estatal em que a obra fosse realizada. E, para garantir sua rentabilidade frente ao público, esse título era aceito mediante a deságio por esse grupo de bancos filiados, os quais poderiam receber os recursos dos títulos descontando-os no Reichsbank, assim, o Reichsbank passava a reter os títulos em troca de moeda nova. Para o Reichsbank, havia garantia do ministério das finanças de que os seus títulos seriam honrados mediante a um calendário fixo com promessa de pagamento futura, dada a recuperação econômica e dos mercados financeiros.

Para garantir o funcionamento desse sistema de pagamentos, uma solução encontrada pelos nazistas foi a criação das Mefo Bills, que agiriam como os títulos que renderiam juros e poderiam ser usados como moeda, sem a necessidade de incorrer em emissão. As Mefo foram um sistema de financiamento do déficit inovador na época em que um instituto de pesquisas metalúrgicas, formado por quatro grandes empresas alemãs de alta confiabilidade, com um

capital de 1 milhão de Reichsmarks. Dessas quatro, duas grandes armamentistas (Krupp e Deutsche Industrie Werke) e duas empresas com excelente reputação para obtenção de créditos (Siemens e Vereinigte Stahlwerke). Os títulos dessa empresa fictícia eram utilizados como “quase moeda” por serem garantidos pelo estado e descontados pelo Reichsbank, ainda rendendo juros. Esses títulos eram grande parte do volume transacionado para fins armamentistas e nos projetos emergenciais de emprego na Alemanha e chegavam a representar 50% do volume transacionado entre as empresas ligadas ao rearmamento. Além disso, as Mefo eram um artifício para mascarar o déficit público quando se tratava de gastos militares sobre a ótica do Tratado de Versalhes, uma vez que os títulos eram privados e negociados entre entidades também privadas, o governo nazista conseguiu utilizar dessa característica especial das Mefo para desviar das condições do tratado.

Evans e Mazzucchelli detalham, de forma precisa, o funcionamento e a dimensão do financiamento de déficit que as letras Mefo representaram para o rearmamento e finanças do governo:

[...] garantidas pelo Estado e descontadas pelo Reichsbank. O banco, por sua vez, fez frente às letras apresentadas simplesmente imprimindo papel-moeda. Entre 1934 e 1936, 50% das compras de armas pelas forças militares foram feitas com essas letras. Visto que o Reichsbank cobriu as letras imprimindo dinheiro, as notas em circulação aumentaram em seis bilhões até o final de março de 1938, quando haviam sido gastos uns 12 bilhões em letras Mefo (EVANS, 2011, p. 454).

[...] Com base nas relações formais e umbilicais estabelecidas entre o governo e a companhia (havia representantes do Reichsbank e do Ministério da Guerra em seu board), parcela significativa das encomendas militares passou a ser paga em Mefo bills. O caráter nitidamente público da operação financeira residia no fato que os títulos poderiam ser descontados pelo Reichsbank. Formalmente, os títulos Mefo eram privados; a garantia do Reichsbank, contudo, convertidos em títulos públicos. As Mefo bills pagavam 4% de juros ao ano e, dada a cobertura do Reichsbank, passaram a ter ampla aceitação. As empresas contratadas para produzir armamentos recebiam em Mefo bills e pagavam seus fornecedores com a mesma “moeda”. Calcula-se que, em média, cerca de um terço das Mefo bills emitidas foram levadas a desconto no Reichsbank. A parcela de títulos não-descontados cumpria as funções típicas de um ativo financeiro, ou era diretamente utilizada nas transações comerciais como “quase-moeda” (MAZZUCHELLI, 2008, cap. 8, p. 15).

Dessa forma, o Reichsbank, além de realizar suas funções de banco central, com as Mefo, realizava funções características de um banco de fomento, proporcionando a expansão do déficit público alemão, meios de pagamento, crédito e liquidez as operações ligadas aos programas de grande interesse do estado nazista, como no começo os programas emergenciais de emprego e ao rearmamento, principalmente.

Apesar da efetividade das Mefo internamente, a situação externa da Alemanha era muito prejudicada devido a política de apreciação cambial simbolizada na defesa da Reichsmark, com o setor exportador alemão sendo altamente prejudicado em sua

competitividade externa, para trazer divisas que seriam centrais na importação de matérias-primas destinadas ao rearmamento alemão. Além de um controle cambial dracônico, estabelecido pela burocracia nazista, destinaram os recursos escassos às causas do rearmamento, principalmente, e a volumes muito inferiores aos ideais para os setores de consumo. Os nazistas buscaram soluções de comércio bilaterais entre os países que conseguiam estabelecer um comércio de interesse das duas partes, não necessariamente em divisas estrangeiras, o que era uma restrição significativa da economia alemã.

Esse processo foi um enorme sucesso para o problema da restrição externa alemã, como podemos observar na obra de Mazzucchelli:

A alternativa encontrada por Schacht foi a rigorosa centralização cambial e a formalização de acordos bilaterais. O ‘Novo Plano’ foi lançado em 24/09/1934, e seu traço característico foi a introdução das “contas de compensação”, que dispensavam a utilização das divisas. A Alemanha firmava acordos bilaterais com os países interessados, e as exportações e importações eram reguladas caso a caso, em contas específicas de débito e crédito. Se a Alemanha, por exemplo, exportasse o equivalente a 200 milhões de RM para Grécia, e dela importasse o equivalente a 120 milhões de RM, a Alemanha manteria um crédito de 80 milhões de RM, passível de ser utilizado por meio de importações adicionais no mesmo valor. Para cada país haveria, assim, um “contrato de compensação” particular. Na avaliação de Schacht (1999: 399), “na primavera de 1938 tínhamos esses contratos de compensação com nada menos que 25 países, de forma que mais da metade do comércio exterior alemão acontecia por esses canais. Através desse sistema de comércio bilateral conseguiu-se atender à demanda alemã de matérias-primas e alimentos (MAZZUCHELLI, 2008, cap. 8, p. 24).

3.2 Os projetos de criação de emprego e retomada da indústria pesada

No caso dos nazistas, o primeiro projeto de criação de empregos ficaria conhecido como o primeiro “Plano Reinhardt”. O plano teve um volume expressivo de um bilhão de Reichsmarks e efeito propagandístico gigantesco sobre o povo alemão. O objetivo do plano era de financiar projetos de infraestrutura, como autoestradas e recuperação de terras agricultáveis, além de recuperar as condições de produção dos camponeses, o principal eleitorado do partido. O projeto para com os agricultores foi imediato e intenso, com a criação de preços mínimos para os bens agrícolas, diminuição da carga tributária e reescalonamento de débitos prévios dos agricultores, além da criação de serviços voluntários de apoio à agricultura e recuperação de lavouras. No primeiro plano, houve um episódio na província agrícola da Prússia oriental, que, devido aos recursos do plano, foi de 130 mil desempregados para virtualmente zero em 6 meses do plano. Porém o plano era mais um projeto propagandístico do terceiro reich do que uma solução definitiva do desemprego no campo alemão. A economia da região foi submetida a programas de criação de empregos simples em “campos de camaradagem”, que foram base dos campos de concentração criados posteriormente. Além disso, foram destinados recursos

desproporcionais a uma região que continha menos de 2% dos desempregados alemães. O plano foi um sucesso propagandístico e levou à criação de outros projetos similares no campo em outras regiões menos desenvolvidas pela Alemanha, mas não era adequado aos trabalhadores mais instruídos dos meios urbanos mais desenvolvidos que demoraram a serem impactados pelos primeiros planos de emprego.

Outros destinos do primeiro “Projeto Reinhardt”, como os grandes projetos de construção de estradas, as autobahns, são frequentemente vistos como um grande marco na redução do desemprego na Alemanha, porém, ao analisá-los mais cuidadosamente, as motivações para as autobahns se distanciam do objetivo da redução do desemprego e se aproximam da lógica armamentista do terceiro reich. O projeto era visto por Hitler e o encarregado do projeto, o engenheiro civil Fritz Todt, que era inquestionavelmente fiel a Hitler, como um elemento crítico na criação de linhas de suprimentos, transporte de tropas e mobilização de tanques que deveriam chegar aos fronts de batalha, tanto a leste quanto a oeste. Portanto, as autobahns passaram a ter grande aporte de recursos, mesmo com seu potencial empregatício sendo menor do que se esperava das dimensões do projeto. Estima-se que os empregados na construção das autobahns, em seus 12 primeiros meses, tenham sido da ordem de 38 mil postos de trabalho. Essa cifra representava um percentual pequeno dos desempregados alemães frente a dimensão do financiamento e visibilidade que o projeto tinha, além de relatos dos trabalhadores recém-contratados que denunciavam as péssimas condições de trabalho como jornadas exaustivas, má alimentação e baixa remuneração. Essas condições geraram casos de incêndios de alojamentos por parte dos trabalhadores, os quais eram reprimidos com envio aos “campos de camaradagem”, que ajudavam a manter uma política de baixos salários e péssimas condições de emprego por meio do medo dos trabalhadores.

O segundo “Projeto Reinhardt” tinha cifras menos expressivas que o primeiro, da ordem de 500 milhões de Reichsmarks, e seu objetivo era ser um projeto destinado ao período sazonal de maior desemprego no campo devido ao inverno alemão, com financiamento de projetos principalmente na área de construção. Com o segundo projeto, os habitantes de regiões mais desenvolvidas foram mais impactados com a abertura de postos de trabalhos mais adequados a suas funções de maior complexidade. Estima-se que, entre 1933 e 1934, o governo nazista tenha direcionado cerca de 5 bilhões de Reichsmarks para projetos de criação de empregos emergenciais parecidos com os “Projetos Reinhardt”, cifra que se prova modesta, dado o primeiro orçamento realizado entre as forças do exército alemão realizado, em sigilo, no ano de 1934, da ordem de 35 bilhões de Reichsmarks. Além de que, certos programas de

rearmamento, em 1933 e 1934, eram “disfarçados” ao máximo, para se enquadrarem nas condições de programas emergenciais de emprego.

Com os planos emergenciais de emprego em funcionamento, a economia alemã começava a sair das condições nefastas da grande depressão e caminhava para uma recuperação que se observava no resto do mundo na época. Aqui, há discussão entre autores se a economia alemã teria sofrido de uma recuperação “natural”, induzida pela recuperação do resto do mundo e pouco se atribuiria a intervenção nazista na condução dessa recuperação. Porém, diversos dos autores, referência no assunto, sugerem que essa visão é difícil de ser defendida, dada as condições da economia alemã em 1932, de se engrenar em uma recuperação natural com a confiança abalada dos agentes econômicos, restrições no mercado de crédito para impulsionar um ciclo de recuperação e entre outras condições que depredariam um ciclo vigoroso de recuperação. Para ilustrar essa dificuldade, Mazzucchelli, em seu livro, diz:

Procurar dissociar a recuperação da economia alemã da ação determinante dos nazistas é, entretanto, uma tarefa inglória. Para além da identificação de variações marginais em alguns indicadores, seria necessário encontrar uma inflexão “espontânea” na disposição de gasto dos industriais, agricultores e consumidores e na concessão de crédito pelos bancos, o que - em um quadro de inadimplência generalizada, desemprego, contração de renda, aversão ao risco e frustração das expectativas - não apenas era algo praticamente improvável, como economicamente impossível (MAZZUCHELLI, 2008, cap. 8, p. 8).

A recuperação, nessa interpretação favorecida por autores que afirmam que o governo nazista teve um papel ativo na retomada do crescimento, se concentrou principalmente nas funções que serviriam ao propósito fundamental do rearmamento, portanto, foram beneficiadas pelo governo de forma especial, os setores de bens de capital e das indústrias de base. Para ilustrar a dimensão da recuperação induzida, logo no começo do terceiro Reich, pelo rearmamento, Evans escreve:

O Exército produziu um cadastro de 2,8 mil empresas para as quais podiam ser remetidas encomendas de armas; em 1934, elas respondiam por mais da metade de toda a produção de ferro e aço, máquinas e veículos motores. Os efeitos da Depressão incluíram uma tremenda subutilização da capacidade produtiva, de modo que as encomendas iniciais de armas em muitos casos apenas preencheram lacunas e não exigiram maiores investimentos novos. O investimento na indústria alemã em 1932 havia sido inferior a 17% do nível de 1928, mas agora começava a crescer, atingindo pouco mais de 21% em 1933, 40% em 1934 e 63% em 1935. Quase de imediato teve início o trabalho preparatório para a criação de uma Força Aérea alemã. Em março de 1934, foi traçado um calendário de produção com meta de 17 mil aeronaves até 1939; muitas eram disfarçadas de aviões de passageiros, mas planejadas para a conversão em bombardeios quando chegasse a hora. De modo um tanto implausível, 58% foram listadas como “simuladores de voo”. Em 1935, havia 72 mil trabalhadores empregados na construção de aeronaves, contra menos de quatro mil no começo de 1933 (EVANS, 2011, p. 449).

Tabela 4 - Índice de Produção para Indústrias Seleccionadas 1928-1938 (1928=100).**Alemanha: Índice de Produção para Indústrias Seleccionadas, 1928-38 (1928 = 100)**

	1932	1933	1935	1938
Carvão	69,4	72,7	94,8	123,0
Ferro	33,3	44,5	108,8	154,3
Aço	39,3	52,2	112,6	162,2
Veículos de passageiros	28,6	59,7	136,1	200,7
Veículos comerciais	22,9	40,7	121,7	200,7
Energia elétrica	76,5	83,7	116,3	175,9
Máquinas sob encomenda	32,8	39,1	111,8	166,7
Química	50,9	58,5	79,5	127,0
Calçados	85,3	101,5	101,7	118,5
Texteis	79,2	90,5	91,0	107,5
Equipamentos domésticos	69,6	70,5	80,4	113,6

Fonte: Overy (1996:53).

Fonte: Mazzucchelli (2008, p. 18).

Com essa enorme demanda gerada pelas intenções e planos armamentistas dos nazistas, era necessário, no segundo momento de retomada da capacidade ociosa, volumosos novos investimentos e contratações nas empresas do setor e ao seu entorno. Siderúrgicas, fabricantes de máquinas e companhias de carvão e mineração intensificaram a produção e contrataram mão de obra adicional para fazer frente à nova e rapidamente crescente demanda do setor de armas e relacionados. A demanda do setor, que se tornou cada vez maior foi nos anos seguintes, sendo o principal vetor de criação de novos empregos, quando tomou dimensões suficientes, em 1934, dado que o desemprego já havia se reduzido à metade de quando os nazistas assumiram a chancelaria, os planos emergenciais de emprego foram abandonados e seus recursos direcionados ao rearmamento.

Outra iniciativa dos nazistas que reduziu de forma substancial as estatísticas de desemprego foi a retomada, em 1935, do serviço militar obrigatório, como Hitler havia prometido em 1933. A retomada do serviço militar obrigatório, por qualquer alemão, homem, apto, acima de 18 anos, não judeu, por pelo menos 1 ano até agosto de 1936, quando se expandiu para 2 anos, virtualmente acabou com o desemprego na faixa etária dos jovens alemães, aumentando tanto a reserva quanto a ativa da Wehrmacht.

Apesar da recuperação acelerada, promovida pela retomada do comércio mundial, projetos emergenciais de emprego e enorme demanda do setor público por meio de encomendas para o exército, outros setores industriais com maior ênfase no consumo da população foram menos beneficiados no processo de recuperação econômica. Estima-se que em setores como o

têxtil, com o controle de importações priorizando o setor industrial e a proibição de novos investimentos no setor, fizeram com que sua expansão fosse significativamente menor que a contrapartida da indústria pesada. Outros setores destinados ao consumo da população também foram amplamente restringidos no seu crescimento, devido ao favorecimento estatal aos segmentos mais alinhados com o esforço do rearmamento alemão.

Mesmo com o crescimento do produto nacional líquido alemão da ordem de 45%, de 1928 a 1938, o consumo *per capita* aumentou no mesmo período em apenas 5%, tendo aumentado apenas 2% até 1937 (TEMIN, 1991). Jonas Scherner, em seu artigo, ilustra de forma celebre esse fenômeno da diferença entre os setores e diz: “Germany’s massive rearmament not only crowded out private consumption, compared to a ‘normal’ economic boom, but also crowded out gross investments in favour of public consumption” (SCHERNER, 2013, p. 510). Essa drástica diferença entre o crescimento desses dois setores seria resultado de uma política deliberada do governo nazista, influenciada pelo controle de importações, investimentos, preços, divisas, política salarial, contratações compulsórias e outras políticas econômicas seletivas desenvolvidas pelo estado nazista.

3.3 Trabalho, propriedade privada e manipulações estatísticas

Grande parte do crescimento ínfimo do setor de bens de consumo e da renda *per capita* da população alemã se dá pela política deliberada de “wage freeze”, ou “wage squeeze”, adotada pelos nazistas em linha com suas promessas ao grande empresariado alemão. Antes de ascender ao poder, Hitler já havia acenado ao grande empresariado alemão, com promessas de reprimir a força sindical e os comunistas, as quais, durante a República de Weimar, conseguiam fazer forte frente às condições do capital alemão nas mesas de negociação. Com a vitória dos nazistas, estava garantido aos empresários a força hegemônica sobre as condições salariais dos seus trabalhadores com a coerção do governo nazista sobre os trabalhadores e a eliminação do partido comunista do cenário político do país como garantia. Com isso, o salário real na Alemanha em 1937 se encontrava em níveis semelhantes aos níveis de 1928 (TEMIN, 1991).

Tabela 5 - Salários e Consumo Pessoal 1928-1938 (1913-14=100).**Alemanha: Salários e Consumo Pessoal (1928-38)**

	Salários reais 1913-14 = 100	Salários nominais 1913-14 = 100	Salários em % da renda nacional	Consumo privado em % da renda nacional
1928	110	168	62	71
1930	122	180	-	-
1931	125	171	-	-
1932	120	144	64	83
1933	119	140	63	81
1934	116	140	62	76
1935	114	140	61	71
1936	112	140	59	64
1937	112	140	58	62
1938	112	141	57	59

Fonte: Overy (1996: 32)

Fonte: Mazzucchelli (2008, p. 19).

Com o salário virtualmente congelado nos patamares desejados pelos nazistas e seus empresários aliados, o setor de bens para esses trabalhadores acabou também por sofrer com a falta de capacidade da população aumentar seu nível de consumo e até de manter um padrão de consumo. Isso contribuiu para a compreensão de por qual motivo o setor de bens de consumo cresceu muito menos que outros setores, destinados ao armamento, de forma direta ou indireta.

Com a supressão dos sindicatos e salários reais congelados, o descontentamento dos trabalhadores era certo, pois, além desses fatores, havia as condições de trabalho as quais trabalhadores, tanto urbanos quanto rurais, eram condicionados. Porém os nazistas utilizavam-se da força e da coerção para manter os trabalhadores dentro dessas condições sem grandes movimentações populares contra essas medidas, os “campos de camaradagem”, que foram os precursores dos campos de concentração, eram utilizados para instaurar o terror naqueles que cogitassem se levantar contra as políticas estabelecidas. A violência e coerção não era sujeita apenas aos trabalhadores rurais e urbanos, grandes empresários que não fossem alinhados com os anseios do nazismo eram coagidos ou substituídos em suas propriedades, até que se comprometessem com os desígnios do estado, uma vez que a economia estava a serviço dos objetivos do estado sob o regime nazista.

Para ilustrar esse modelo de propriedade privada a serviço do estado que foi praticada de forma intensa no regime nazista, o caso da Junkers, tradicional fábrica privada de aviões alemã é trazido por diferentes autores como um dos casos emblemáticos da coerção estatal sobre os negócios privados. Nas palavras de Temin:

The Nazis viewed private property as conditional on its use, not as a fundamental right. If the property was not being used to further Nazi goals, it could be nationalized. Prof Junkers of the Junkers aeroplane factory refused to follow the government's bidding in 1934 The Nazis thereupon took over the plant, compensating Junkers for his loss" (TEMIN, 1991, p. 576-577).

Germà Bel também escreve sobre o mesmo caso:

It seems clear that neither the Nazi Party nor Hitler was ideologically devoted to private ownership. In fact, Nazis used nationalization when they considered it necessary. The case of the nationalization of two aircraft companies, the Arado and Junkers firms, is widely known. As Wengenroth explains, 'uncooperative industrialists such as the aircraft manufacturer Hugo Junkers were removed from their positions and replaced with Nazi governors. This was not an explicit nationalization policy, but simply an attempt to control production and investment policies in the interest of rearmament (BEL, 2010, p. 47).

Aqui, a questão da propriedade privada para Hitler era clara sobre os meios de produção, a propriedade privada não era um problema para o estado nazista, desde que ela se debruçasse aos desígnios do estado. Isso é ilustrado de forma célebre no artigo de Bel:

Another indication of Hitler's position on state ownership of the means of production is found in Rauschning Voice of destruction, which reports the following answer by Hitler when questioned on socialization: 'Why bother with such half-measures when I have far more important matters in hand, such as the people themselves?... Why need we trouble to socialize banks and factories? We socialize human beings (BEL, 2010, p. 47).

Além desses métodos de privatização coercitiva e precarização do trabalho, os nazistas utilizavam-se de diversos métodos artificiais para a manipulação estatística dos resultados de redução do desemprego, para beneficiar a imagem do governo e passar a ideia de que o governo estava sendo altamente exitoso na luta contra o desemprego. Porém diversos programas do governo tinham o intuito de apenas manipular esses números, como o caso das restrições de horas trabalhadas, que faziam surgir da mesma vaga que podia ser realizada por apenas um empregado em dois ou até três turnos, para aumentar a empregabilidade, mas piorar as condições de trabalho e salário e trabalhos forçados, que miravam nos desempregados. Principalmente no campo, para realizar atividades remuneradas abaixo dos recebimentos da previdência, os trabalhadores eram ameaçados de perder os benefícios dela caso não aceitassem o trabalho compulsório.

Sobre isso, Evans descreve:

[...] introduziram-se novas regulamentações cortando horas de trabalho em alguns setores do comércio e da indústria, fazendo-se necessário empregar mais trabalhadores, mas cortando de modo bastante substancial os vencimentos dos já contratados. As agências de emprego em geral só tinham condições de providenciar serviços de curto prazo; ainda havia escassez de empregos permanentes. Rapazes e

moças também ficavam sob uma tremenda pressão para se inscrever no chamado Serviço Voluntário ou se alistar no trabalho agrícola, onde os camponeses com frequência ressentiam-se de sua falta de experiência e os consideravam simplesmente como mais bocas para alimentar. Corte dos pagamentos da previdência, trabalho forçado ou até mesmo aprisionamento ameaçavam aqueles que resistiam. Em algumas regiões, todos os rapazes desempregados entre 18 e 25 anos de idade eram arrebanhados e tinham que escolher entre trabalhar na terra ou perder todos os benefícios imediatamente. Todavia, o pagamento desse trabalho era tão parco que em muitos casos ficavam abaixo dos níveis dos benefícios da previdência (EVANS, 2011, p. 445).

Os nazistas eram ágeis para beneficiar os números do desemprego alemão de forma simples: reduzindo o número de pessoas economicamente ativas no mercado de trabalho, medida que era utilizada para mensurar o número de desempregados. Evans escreve sobre um dos mais famosos métodos utilizados:

O esquema mais notável nesse setor foi a emissão de empréstimos para casamento. O crucial é que ela tinha que abrir mão do emprego na época do casamento e se comprometer a não entrar no mercado de trabalho de novo até o empréstimo estar quitado, a menos que o marido perdesse o emprego nesse íterim. O indicativo de que não se tratava de uma medida de curto prazo eram os termos do pagamento, que chegavam a 1% do capital por mês, de modo que o período máximo do empréstimo podia ser de oito anos e meio. “A ressurreição alemã”, conforme colocou uma cartilha da ideologia nazista em 1933, “é um evento masculino.” O lugar da mulher era em casa (EVANS, 2011, p. 441).

Apesar dessa medida, sua efetividade é questionável devido a divisão de sexos que os trabalhadores na Alemanha da época viviam. Era extremamente improvável o posto de trabalho de um homem e de uma mulher serem concorrentes na época, devido às funções exercidas pela força de trabalho feminina na época, ainda mais sobre o governo de ideologia altamente machista dos nazistas. Essas mulheres ocupavam principalmente funções nas indústrias têxtil, de vestuário, alimentação e bebida, além de serem a maior parte dos serviços domésticos, bem como a maior proporção de “assistentes domésticas” (EVANS, 2011).

Os nazistas também eram muito propensos a maquiar a contabilidade das estatísticas de desemprego, passando a contratar trabalhadores temporários, trabalhadores compulsórios e famílias não registradas de lavradores, que ajudavam na colheita, agora como empregados formais. Sobre essa maquiagem, Evans diz:

Nenhuma dessas pessoas podia ser considerada um participante ativo do mercado de trabalho; nenhuma recebia um ordenado com o qual pudesse se sustentar, que dirá sustentar uma família. Nesse cálculo havia pelo menos 1,5 milhão de “desempregados invisíveis” na Alemanha na época, e o número total de desempregados, que os estatísticos nazistas colocavam como pouco mais de dois milhões, de fato estava muito mais perto de quatro milhões. Ainda em janeiro de 1935, um observador contemporâneo calculou que ainda havia mais de quatro milhões de pessoas desempregadas na Alemanha (EVANS, 2011, p. 444).

4 1934-1935: O PLANO NACIONAL E RESTRIÇÕES EXTERNAS.

4.1 O Plano Nacional e a crise de 1934

Desde 1933, no auge dos programas emergenciais de emprego na Alemanha, o alto escalão do governo nazista já discutia as pretensões armamentistas e seus planos de reerguer a estrutura militar, tanto produtiva quanto de ação, para os conflitos vindouros que eram inerentes ao plano de Hitler de conquista do Lebensraum Alemão. Por ter sido mantido em segredo, acredita-se que o Plano Nacional teria começado a ser desenhado por volta de julho de 1933, e, nesse desenho, a cifra monumental de 35 bilhões de Reichsmarks foi apresentada por Schacht a todas as divisões da Wehrmacht, que iriam dividir esse pacote imenso ao longo dos 8 anos pensados inicialmente para o plano; uma média de 4,4 bilhões de Reichsmarks por ano para fins militares. A dimensão do projeto foi uma mudança dramática de qualquer concepção de que se tinha sobre as pretensões armamentistas dos nazistas na época. Tooze, para efeito de comparação, argumenta no sentido de que esse volume de recursos daria entre 5% e 10% do PIB alemão e, com comparações em relação à maioria das nações ocidentais atuais, é um volume de duas a três vezes maior. Tooze ainda diz:

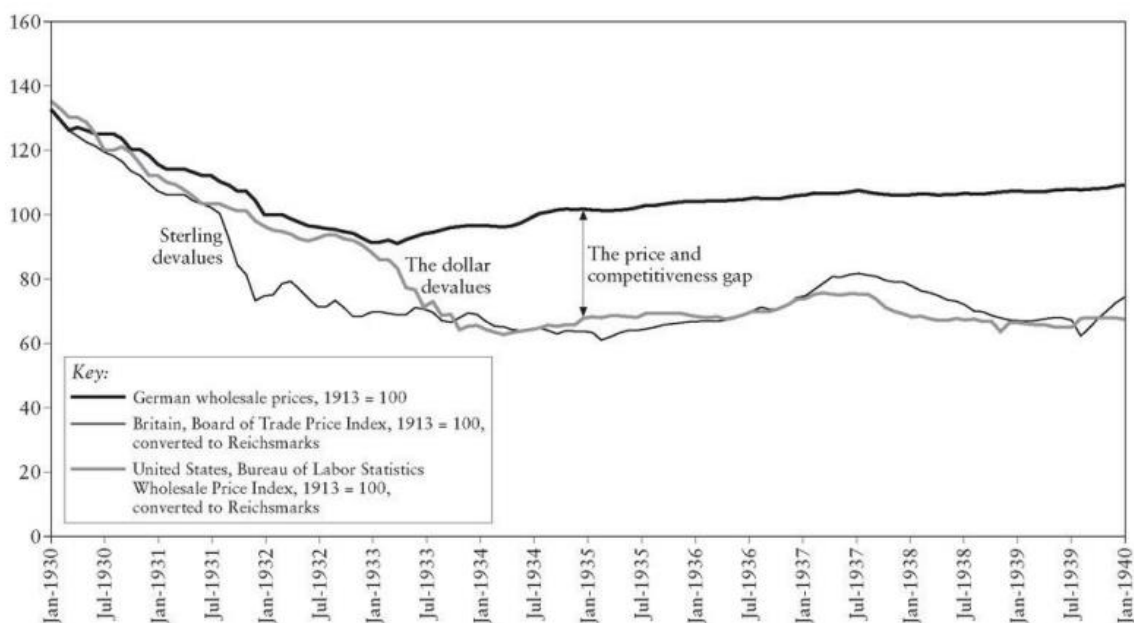
O programa de 35 bilhões de Reichsmarks, em junho de 1933, implicava, portanto, se não a completa militarização da sociedade germânica, pelo menos, a formação de um complexo industrial-militar substancial, com graves ramificações para o restante da economia (TOOZE, 2013, p. 85).

O plano tinha um horizonte temporal claramente mais extenso do que foi a realidade da guerra, que se iniciou em 1939. Inicialmente, previa um período de formação de capacidade defensiva, para, posteriormente, se desenvolver uma capacidade ofensiva. Entre as forças do exército, a primeira a se movimentar para destinar os recursos do plano foi a aviação, a Luftwaffe, comandada por Hermann Goering (1893-1946), planejando a expansão da força aérea alemã para 2 mil aeronaves até 1935, os planos, em 1932, eram de 200 aeronaves. O exército tinha um plano para os recursos, dividido em quatro fases de expansão: formar até, 1937, uma força de defesa capaz de enfrentar um ataque da Polônia e da França, com um exército de 300 mil homens, podendo ser expandida em conflitos e de 1938 a 1941; a formação de uma capacidade ofensiva blindada significativa, capaz de subjugar os vizinhos da Alemanha. O exército era importante, pois era a força que rompia diretamente com o Tratado de Versalhes e acompanhava a escalada da política externa de Hitler perante o Tratado, com a ocupação da zona desmilitarizada do Ruhr, a fim de garantir os recursos industriais necessários da região para o rearmamento. A marinha propunha, também, uma frota que rompia de forma

absoluta com o Tratado, com 48 destroieres contra 12 permitidos no tratado, 72 submarinos, três porta-aviões e oito cruzadores de seis permitidos. A nova frota era esperada para ser concluída apenas em 1949, devido à complexidade inerente da construção naval, mas requisitava ser iniciada de imediato em 1934.

Porém o Plano Nacional tinha um grande problema a enfrentar, a situação externa da economia alemã, em 1934, era de extrema delicadeza, no tocante a divisas e a Alemanha vivia na iminência de um desastre econômico de proporções comparáveis ao período da hiperinflação. Em junho de 1934, as reservas internacionais do Reichsbank tinham-se reduzido em 100 milhões de Reichsmarks, o que não cobria uma semana de importações em seus níveis mínimos (TOOZE, 2013, p. 104). O motor de todo esse “sangramento” das divisas alemãs era o déficit em conta corrente, fruto do aumento das importações, oriundo da recuperação econômica alemã e da queda nas exportações, fruto da política de manutenção do valor do Reichsmark e, portanto, perda de competitividade nas exportações com outros países que desvalorizaram suas moedas e abandonaram o padrão-ouro, como os EUA e a Grã-Bretanha. A queda nas exportações afetava desde o déficit até o nível de emprego e atividade, principalmente dos setores atrelados à exportação.

Para além da sobrevalorização do câmbio alemão, os governistas buscavam outras causas para justificar e mobilizar a opinião pública sobre as causas dos problemas das exportações alemãs. A mais conivente delas era a situação caótica do comércio mundial no entre guerras que favorecia as políticas protecionistas e de desvalorizações agressivas dos países para proteção de seus mercados e setores de exportação. Essas restrições diminuíram o nível do comércio alemão com praticamente todas as grandes nações europeias, mas também abriram caminho para os diversos acordos bilaterais com outras nações, cujo efeito era ambíguo sobre a situação externa da economia alemã: por um lado, os alemães buscavam extrair as máximas vantagens comerciais possíveis desses acordos, porém a falta de serem realizados mediante a divisas em sua maior parte configuravam um severo problema ao Reichsbank.

Gráfico 1 - O gap de competitividade: o preço de não desvalorizar.**Figure 4.** The competitiveness gap: the price of not devaluing

Note: To show the effect of the devaluation, this chart compares the German price level to the British and American price levels translated into Reichsmarks. As the value of the dollar and pound sterling fell against the Reichsmark, which remained fixed in terms of gold, a given level of the price index in the United States and Britain was lower relative to that prevailing in Germany.

Fonte: TOOZE (2006, p. 107)

Outra justificativa muito conivente com toda ideologia antissemita do nazismo era de que os judeus e sua suposta organização internacional tramaram contra a Alemanha. Com a ascensão nazista, o boicote às empresas judaicas no território alemão foi disseminado, e a resposta de entidades judaicas ao redor do mundo foi de boicote aos artigos exportados pela Alemanha. Tooze comenta da dificuldade de se mensurar o efeito real do boicote, mas ressalta que o efeito mensurável e significativo desse boicote foi sobre a política de emigração forçada sobre os judeus alemães. Nesse processo de emigração forçada, os alemães esbarraram em uma contradição, o objetivo de expulsão dos judeus de seus territórios e a manutenção das reservas associadas à riqueza dessa população dentro da Alemanha. Tooze escreve que:

[...] Mas, caso as famílias judias prósperas tivessem emigrado em massa da Alemanha, entre 1933 e 1934, os efeitos sobre as reservas do Reichsbank teriam sido desastrosos. De acordo com uma estimativa conservadora, a riqueza dos judeus alemães, em 1933, chegava a, pelo menos, 8 bilhões de Reichsmarks (TOOZE, 2013, p. 107).

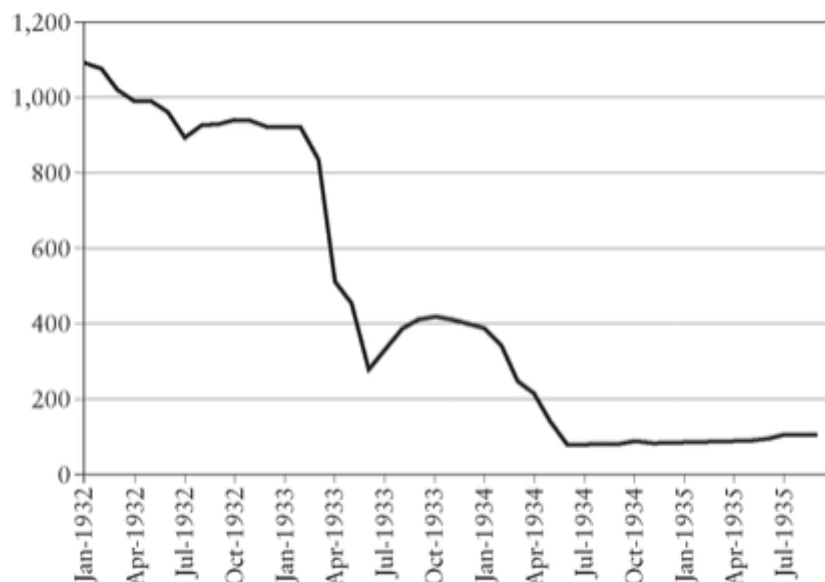
Dessa forma, os nazistas impuseram pesadas taxações sobre o capital a todos aqueles que quisessem deixar o país e reduziram o montante permitido para tal ato, isso teve um efeito contraditório pois, ao mesmo tempo que os nazistas desejavam a emigração forçada, eles criaram uma barreira tarifária que se tornou o principal obstáculo migratório.

Apesar da desvalorização ser a medida melhor remediar os problemas externos alemães por tratar do seu problema central, ela não foi realizada devido a dois motivos principais por trás da decisão de Schacht e Hitler: primeiro, a memória da hiperinflação alemã do começo da década de 1920, que ainda era muito presente na memória do povo alemão e que se associava a desvalorização com a inflação; e o motivo principal; para Schacht; era o endividamento externo alemão. Esse ponto era central devido aos ganhos que o Reichsbank tinha sobre esse endividamento frente à desvalorização das moedas dos credores do Reichsbank, como os EUA e a Grã-Bretanha. Portanto, até que se resolvesse a questão do endividamento externo alemão, a opção da desvalorização não era um caminho viável, segundo o Schacht, e, em suas palavras sobre o posicionamento de Hitler acerca da desvalorização do Reichsmark: “Ele nunca rejeitou a desvalorização, em princípio. Sempre disse que, enquanto a Alemanha tivesse uma dívida externa volumosa, a desvalorização não faria sentido. Tão logo possamos nos livrar da dívida externa, tudo vai ser muito diferente” (TOOZE, 2013, p. 109).

A situação era grave no nível em que os alemães eram proibidos de levar notas de Reichsmarks para fora do país, a partir de 1934, e só poderiam obter moeda estrangeira de no máximo 50 Reichsmarks por mês. Não tardou para que controles de importação fossem estabelecidos, e quotas de divisas para essas exportações fossem reduzidas. Tooze escreve: “No verão (De 1934), estas (quotas) foram reduzidas a 5% dos níveis que os importadores recebiam antes da crise, em julho 1931”. (TOOZE, 2013, p. 101).

A crise de 1934 atingia diversos pontos da economia alemã, o mercado de trabalho se via com ameaça séria de reduzir contratações e realizar demissões devido a restrições de importações de matérias-primas necessárias ao processo, os preços de gêneros agrícolas sofriam pressão para subir devido a colheita ruim de 1934. A situação da crise gerava um grande descontentamento com o governo, nazista que respondeu de forma a intensificar a propaganda e o movimentos de para o enfrentamento da crise de divisas como um “dever do povo alemão” contra os “idiotas e críticos” (TOOZE, 2013, p. 101), isso incluía desde os trabalhadores até os grandes homens de negócio na Alemanha na visão dos nazistas.

Gráfico 2 - Nível de reservas internacionais e ouro do Reichsbank em milhões de Reichsmarks.



Fonte: TOOZE (2006, p. 101)

Como a desvalorização no horizonte não era uma possibilidade, a Alemanha teve de fortalecer as suas exportações e reduzir as importações sem comprometer o rearmamento de outro modo, para amenizar a grave situação que suas divisas se encontravam. Schacht era o encarregado de criar o complexo sistema que viria a vigorar sobre o comércio internacional na Alemanha a começar por um complexo sistema de subsídios ao exportador alemão. Schacht utilizou-se de promissórias alemãs nos mercados financeiros estrangeiros em Nova York e Londres e aproveitou da depreciação desses títulos para realizar um processo de compensação financeira aos exportadores que comprassem esses títulos, nesse processo, o Reichsbank subsidiava parte do valor da compra desses títulos, os comprando com um valor mais próximo do seu valor não depreciado.

Na prática, esse complexo método equivalia a desvalorizar o Reichsmark na transação em níveis de até 50%, aumentando a competitividade das exportações alemãs que se utilizassem desse método, e o custo da operação cairia sobre os credores internacionais, que vendiam os títulos por uma fração de seu preço apenas. O método teve sucesso em realizar o seu objetivo de promover uma desvalorização, a fim de aumentar a competitividade das exportações sem gerar os seus efeitos indesejados da desvalorização de aumento do custo das importações e aumento da carga da dívida externa (TOOZE, 2013, p. 110-111).

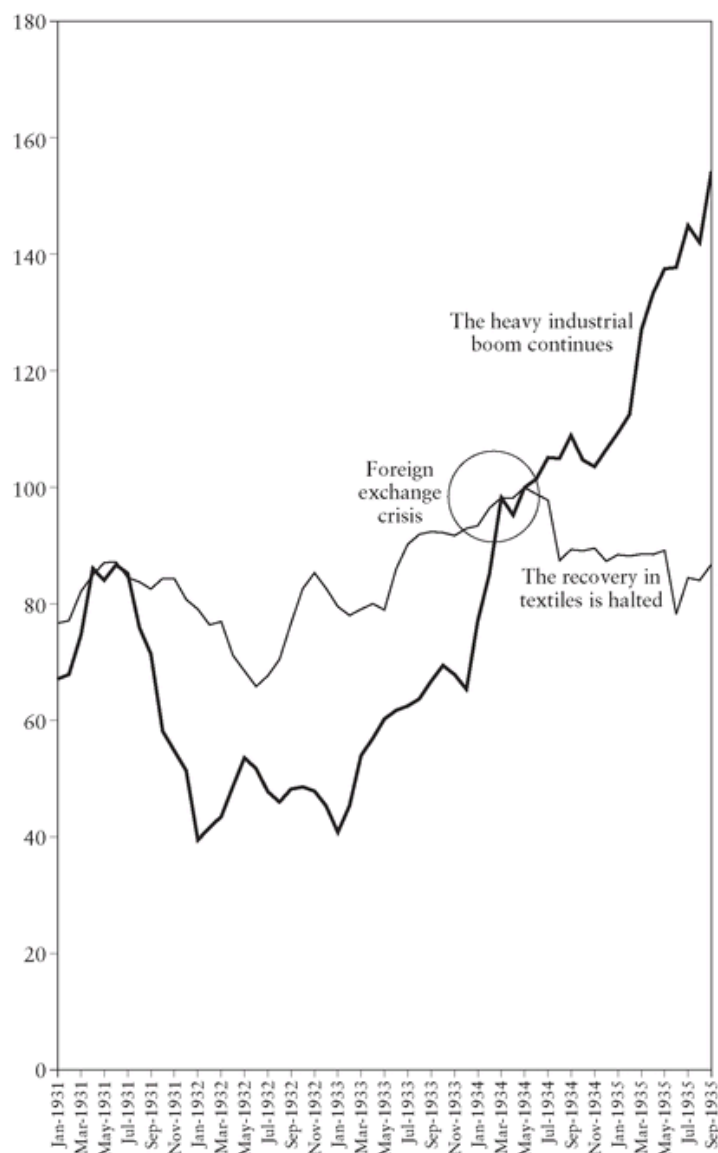
Apesar desse sucesso, à medida que as divisas se encontravam em situação cada vez mais crítica, o subsídio se tornava insuficiente frente à escassez e, portanto, outras medidas precisavam ser estabelecidas para combater a crise. A medida adotada por Schacht, no cenário em que as exportações estavam aquém do nível que salvasse as divisas do reich, foi restringir as importações por meios de controles seletivos de importação e encerramento de programas emergenciais de emprego para priorizar os recursos às necessidades do rearmamento. O controle de importações tinha claro quais setores seriam os mais restringidos, os setores destinados ao consumo seriam sacrificados nas quotas de divisas, enquanto os setores destinados ao rearmamento seriam priorizados. Nesse controle, o setor têxtil alemão foi um dos grandes perdedores na recuperação econômica com as medidas adotadas, foram restritos investimentos, horas de trabalho e matérias-primas necessárias à produção. Esses controles, como descritos por Tooze:

[...] articulados pelo Ministério de Assuntos Econômicos (Reichwirtschaftsministerium ou RWM), concordou em estabelecer unidades de vigilância a fim de racionar as importações de lã, algodão e material para embalagens, dessa forma proporcionando ao reich a infraestrutura administrativa para um aperto seletivo de importações (TOOZE, 2013, p. 114).

Essas unidades se expandiram a outros setores de consumo, à medida que a situação de divisas não superava a condição crítica e ampliava o controle da burocracia nazista sobre a economia alemã.

O setor têxtil alemão era particularmente importante e, ao mesmo tempo, o primeiro a ser sacrificado em nome da manutenção do rearmamento alemão, pois o setor era responsável por quase 2 milhões de empregados no setor de calçados e roupas, seja na produção ou no comércio desses produtos, e dependia de matéria-prima importada em níveis de 80% do total das matérias-primas utilizadas na produção. Dessa forma, o setor foi um dos escolhidos para ser reprimido de sua recuperação enquanto outros setores mais críticos ao rearmamento alemão eram privilegiados no sistema delineado por Schacht. Por sua significativa empregabilidade, o governo nazista evitou demissões em massa e aumentos de preço por meio de mecanismos de controle, a fim de frear uma onda de especulação mediada. Impedidos de realizar novos investimentos sem permissão do RWM e de funcionar por mais de 36 horas semanais, os industrialistas do setor viam sua recuperação estagnada e os empregados com seus salários e cargas horárias reduzidos, além de preços gradualmente subindo após os controles iniciais, uma vez que preços mais altos desestimulariam o consumo de artigos têxteis.

Gráfico 3 - Recuperação dos setores industriais têxtil e de indústria pesada (1929=100).



Fonte: TOOZE (2006, p. 124)

Com a escalada da crise, o sistema de unidades de vigilância não estava tendo o sucesso esperado, pois eles eram responsáveis por atuar apenas em cima de respectivas matérias-primas, dando oportunidades para os empresários driblarem as restrições por meio de importações de acabados e de importações diretas de países com contratos bilaterais que não eram alvo do controle de importações. Houve a tentativa de elaboração de planos que contornassem a situação da resistência a desvalorização, como o Plano Krogmann, inspirado em um esquema elaborado por Vincent Krogmann (1889-1978) e levado à execução por Hans

Posse (1886-1965), considerava uma possibilidade de desvalorização por meio de títulos em um “pseudo mercado”, no qual o Reichsmark se desvalorizaria na transação desses títulos que seriam livremente negociados entre os exportadores alemães que buscavam divisas para seus negócios em um sistema de preços próximo de um livre-mercado, portanto, formando uma “taxa de câmbio” interna desses títulos determinada pelas forças de mercado (TOOZE, 2013, p.117). Porém o apoio de Schacht pelo alto escalão militar dos nazistas e de Hitler pessoalmente levaram ao apoio de seu plano cada vez mais distante dos ideais do livre mercado e da ortodoxia alemã tradicional, focado no rearmamento unilateral e nos controles sobre a economia alemã.

A crise atingiu seu auge quando foi decretada, por Schacht, a suspensão dos pagamentos de toda a dívida internacional alemã em moeda estrangeira em 14 de junho de 1934. O Reichsbank passou a distribuir diariamente uma quantidade pequena de divisas de acordo com sua disponibilidade, o que causava enorme incerteza nos produtores que necessitavam de divisas para realizar suas atividades com seus fornecedores estrangeiros. A reação internacional foi de uma resposta de intensidade similar, com um dos países mais afetados com esse decreto sendo o Reino Unido, o parlamento britânico decidiu que os ganhos dos exportadores alemães estariam sujeitos a confisco, de forma a compensar os credores britânicos. A situação com os ingleses era tão dramática devido a importância que diversas instituições e recursos do Reino Unido tinham para a Alemanha. A City era a maior fornecedora de financiamento de curto prazo, para a realização de comércio com divisas estrangeiras para os produtores alemães, era um dos maiores destinos das exportações alemãs e também um dos maiores fornecedores de matérias-primas para a Alemanha devido às produções nas colônias inglesas.

4.2 O caminho da autarquia

Com o plano Krogmann frustrado e a decisão de Schacht pelo rearmamento unilateral, a crise no balanço de pagamentos alemã levava o país para uma política comercial cada vez mais autárquica, buscando reduzir as importações ao máximo possível, para dar continuidade ao rearmamento e buscar a autossuficiência alemã nos ramos em que fosse possível. A estratégia de Schacht, que declarava que o recuo alemão à autarquia era produto direto das condições impostas externamente a Alemanha, buscava evitar uma coordenação dos principais credores da Alemanha contra o calote unilateral da dívida externa, foi de dividi-los em condições bilaterais de comércio, para que os interesses de cada um dos países prevalecessem sobre o benefício que teriam se agissem de forma unificada. O contexto internacional de desvalorizações descoordenadas, buscando vantagens e falta de uma liderança mundial em que

essa coordenação se basearia era a principal consideração que Schacht levava na sua estratégia unilateral.

Schacht buscou articular acordos bilaterais que dividiriam os interesses de seus principais credores internacionais na época, os EUA e a Grã-Bretanha. Porém o rompimento com ambos seria desastroso para a economia alemã, por esses credores também serem seus principais mercados de exportação e importação. A moratória alemã levou os ingleses a buscarem reaver parte dos seus créditos para com a Alemanha de forma descoordenada com os EUA, dessa forma, as negociações entre a Alemanha e os ingleses, nas quais se buscou evitar as compensações obrigatórias sob os exportadores alemães em troca da retomada do serviço da dívida dos Planos Dawes e Young para com a City. O acordo, que ficou conhecido como o Acordo Anglo-Germânico de Pagamentos, de 1 de novembro de 1934, foi uma saída positiva para a Alemanha da situação em que se encontrava com os seus dois principais credores, pois o acordo previa estabilidade nas relações comerciais com os ingleses e ainda proporcionava crédito dos bancos ingleses para saldar dívidas e para realizar importações, principalmente dentro da zona de influência da Inglaterra.

Com essa segurança que o tratado representava, Schacht estabeleceu condições discriminatórias para o comércio Alemanha-EUA no outro front de credores, esperando que os EUA estabelecessem melhores condições para a Alemanha no comércio entre os dois países, porém essa melhora não aconteceu e acabou por rechaçar de forma intensa o comércio entre os dois países que foi de um comércio de quase 3 bilhões de dólares em 1928 para ordem de menos de 400 milhões em 1936. O motivo desse rompimento brusco entre as duas nações era as suas diferentes estratégias quanto a relações exteriores de comércio. Enquanto a Alemanha buscava o unilateralismo por meio de acordos em que pudesse estabelecer suas condições, os EUA estavam desenvolvendo uma estratégia multilateralismo, baseada na Lei de Acordos Comerciais Recíprocos de 1934, que buscava reduzir tarifas norte-americanas de forma seletiva a destravar o comércio internacional do pós crise de 1929 (TOOZE, 2013, p. 121).

Essa contração comercial entre as duas maiores economias do mundo, segundo Tooze: “... constituiu a verdadeira substância da política comercial ‘autárquica’ de Schacht” (TOOZE, 2013, p. 121). E, para compensar essa contração, a Alemanha buscou novos parceiros comerciais para a produção que antes era realizada pelos EUA e não poderia ser fornecida pelo Reino Unido. Isso significou a expansão de acordos bilaterais pelo sudeste europeu e pela América Latina, envolvendo países como Hungria, Iugoslávia, Chile e Brasil. A influência da Alemanha sobre esses países e, em especial, no caso da América Latina, sobre o Brasil, reforçava o conflito entre a Alemanha e os EUA, pois enfraquecia o plano americano de

multilateralidade comercial com a sua zona de influência na América Latina. Porém, esses acordos não eram o suficiente para compensar as exportações alemãs que eram realizadas pelos EUA, devido à baixa capacidade de compra dos países Latinos e do sudeste europeu. Schacht chegou a comentar na época “Pode-se vender muito menos aos *coolies*... do que a operários industriais... altamente qualificados” (TOOZE, 2013, p.122).

Enquanto os acordos comerciais buscavam soluções em longo prazo para a situação das contas externas alemãs, era necessário reforçar planos imediatos de controle das reservas do reich, e isso, no modelo que Schacht buscava promover, significava a ampliação dos controles e do aparato burocrático alemão sobre a economia para assegurar os recursos necessários ao Novo Plano.

A ampliação do aparato de controle começou a ser desenhada em agosto de 1934, o desenho do sistema seria alocar as receitas de exportação como base para as divisas disponíveis, reservando a quantidade necessária para honrar os compromissos mais críticos de curto prazo da dívida externa, e o restante era entregue a 25 repartições supervisoras, divididas por commodities principais. Dessa forma, o exame de pedidos passava obrigatoriamente pelas repartições que priorizavam os pedidos que eram destinados ao esforço do armamento. Com a aprovação, os importadores recebiam os Certificados de Câmbio, os quais garantiam o recebimento de divisas do Reichsbank para realizar suas operações, que, em 1935, passaram a ser proibidas de realizar sem os certificados.

Essa operação de ampliação da burocracia foi um sucesso, as importações haviam se reduzido aos níveis do pior momento da Grande Depressão no terceiro semestre de 1935 e a produção industrial já era o dobro de 1932 (TOOZE, 2013, p. 124). Porém esse sucesso era temporário, pois dependia do consumo de estoques acumulados de matérias-primas que viriam a cessar no futuro próximo e paralisariam a recuperação. A Alemanha precisava, de forma urgente, ampliar as suas exportações para realizar qualquer aumento de nível de importações que necessitasse, os esquemas de recompra de títulos desvalorizados eram insuficientes para subsidiar as exportações no nível que a economia alemã necessitava de ampliação destas, portanto, a solução que Schacht buscou foi de ampliar o nível de subsídio às exportações alemãs por meio de ampliação de tributação com destino a subsidiar essas exportações. Essa taxa era extremamente pesada sobre as empresas, da ordem de 2% a 4% da produção. Por ser da produção e não sobre os lucros, essa porcentagem era muito alta e chegava a zerar a lucratividade de diversas empresas. A taxa foi responsável por angariar, de maio a dezembro de 1935 mais de 700 milhões de Reichsmarks, subsidiando praticamente 30% de cada encomenda estrangeira.

Schacht foi responsável por criar um eficiente e complexo mecanismo de controle, capaz de sustentar o Novo Plano em condições externas extremamente difíceis, conseguindo manter um sistema de comércio internacional, com reservas ínfimas por meio de um aparato burocrático extenso que se tornou o modelo da economia nazista para assuntos de controle monetário e promoção de setores com restrição de outros.

Essa estrutura burocrática era cada vez mais abrangente em outros aspectos da economia, com a aproximação do conflito no fim da década. Parte desse sucesso era externo às atuações de Schacht sobre a economia alemã e seus sistemas de controle, que representavam um cerceamento do crescimento da economia alemã, no qual os interesses do estado e da economia não eram concordantes. Esses fatores externos, como a recuperação mundial após a Grande Depressão, demandando exportações alemãs e a disposição de diversas nações em aceitar os acordos bilaterais de Schacht em meio aos conflitos comerciais do entre guerras, se projetaram como peças indispensáveis no esquema arquitetado pelo presidente do Reichsbank para seu sucesso.

5 1936-1939: O PLANO QUADRIENAL E O CAMINHO SEM VOLTA.

5.1 O plano quadrienal de 1936

O rearmamento proposto por Schacht no Novo Plano era ambicioso, mas era planejado para ser constante e extenso, por oito anos, a um ritmo de 35 bilhões de Reichsmarks ao longo desses anos. Porém, a partir de 1936, a realidade do rearmamento alemão era mais próxima da aceleração do que da constância; dos 4,3 bilhões anuais acordados em 1935, a cifra já passava dos 5 bilhões de Reichsmarks. Essa ampliação de gastos com o rearmamento implicava algo além da indisciplina fiscal. Segundo Tooze “Cada vez mais o rearmamento do Terceiro Reich via-se impelido pelas pressões de uma corrida armamentista internacional que a própria Alemanha havia deflagrado” (TOOZE, 2013, p. 248). A aceleração era de tal dimensão que a Wehrmacht, expandindo todas as suas forças, em 1936, exigiria o dobro de matérias-primas como ferro, petróleo, borracha e outros metais do que em 1935.

Perante essa aceleração, Schacht foi categórico nas suas ressalvas sobre o que a aceleração do rearmamento, para além dos parâmetros que havia estabelecido no Novo Plano, poderiam ocasionar a economia alemã, principalmente no tocante a sua situação externa. Em uma resposta ao ministro da defesa Werner Eduard Fritz von Blomberg (1878-1946), quando questionado sobre a provisão de matérias-primas ao novo nível de exigências da Wehrmacht, tem-se:

O senhor espera que eu forneça as divisas estrangeiras necessárias para as suas necessidades. Devo responder que, nas condições atuais, não vejo a possibilidade de fazê-lo... se o pedido agora... se destina ao aumento do rearmamento, claro que, longe de mim, a ideia de modificar o apoio que durante anos concedi ao maior rearmamento possível, tanto antes quanto depois da chegada ao poder. É meu dever, no entanto, assinalar os limites econômicos que restringem qualquer política desse tipo (TOOZE, 2013, p. 249).

Porém, a ala militar estava disposta a tomar uma direção ainda mais armamentista do que a estabelecida no Novo Plano, e, para isso, Schacht foi afastado das funções da RWM e deu espaço para a política econômica de Goring, o escolhido de Hitler, a partir de 4 de abril de 1936, para comandar a cadeira de comissário especial de divisas estrangeiras e matérias-primas, de modo que fizesse o possível para acelerar o ritmo do rearmamento para um conflito em horizontes mais próximos do que os esperados pelo Novo Plano. A Goring foi destinada uma missão dupla segundo o “Memorando do Plano Quadrienal” do Führer: o exército deve estar em condições operacionais em dentro de quatro anos e a economia alemã deve estar preparada para a guerra dentro de quatro anos.

Schacht tinha preocupações sobre o que o sobre dimensionamento do rearmamento poderia exercer sobre a economia alemã, tanto no curto prazo quanto no longo prazo. Os

problemas mais imediatos estavam diretamente relacionados à dinâmica do comércio externo alemão, com os constantes problemas com balanço de pagamentos, sub provisão de matérias-primas necessárias ao rearmamento e ao consumo. Os problemas de longo prazo eram principalmente efeitos que Schacht esperava que aconteceriam caso o rearmamento ocupasse ainda maior espaço na economia alemã e levasse a dependência da atividade militar para que a economia alemã exercesse atividade significativa, atrelando empregos e toda uma estrutura produtiva que seriam subutilizados em situações além do rearmamento e da guerra.

Apesar de suas diversas sinalizações a Hitler e a outros do alto escalão do Terceiro Reich, o rearmamento “moderado” e controlado de Schacht já estava fora de cogitação, o Plano Quadrienal de Goring em que a Alemanha estava planejada para ser autossuficiente em grande parte de seus insumos necessários ao rearmamento e a manutenção da guerra teria de estar operante até 1940. A ampliação do contingente militar e dos pedidos da Wehrmacht eram avassaladores, se ampliou para 102 divisões o contingente do exército em tempos de guerra, com mais de 3,2 milhões de homens, o que, segundo os cálculos, necessitaria de um gasto de nove bilhões de Reichsmarks por ano, mais que o dobro que Schacht havia estipulado para toda a Wehrmacht. A Luftwaffe, chefiada por Goring, buscava a ampliação de 48 esquadrões em agosto de 1935 para 200 até outubro de 1938 e, com projetos ambiciosos de novas gerações de aviões, feitos inteiramente de metais que necessitavam ser importados. A marinha, também, não tardou em ampliar suas encomendas, destinando mais de metade de toda atividade do setor naval alemão para a construção de novos navios para a formação de uma marinha capaz de enfrentar a marinha britânica ao final de quatro anos.

Tabela 6 - Plano Quadrienal: níveis de gasto propostos

	Plan II (January 1937)		Plan III (May 1937)		Plan IV (December 1937)	
	million RM	%	million RM	%	million RM	%
Mineral oil	1,438	16.7	1,989	22.6	2,684	28.3
Buna	517	6	687	7.8	654	6.9
Other chemistry	2,351	27.3	1,100	12.5	778	8.2
Waterways	1,826	21.2	1,567	17.8	1,518	16
Nonferrous metals	353	4.1	317	3.6	351	3.7
Iron and steel	232	2.7	449	5.1	360	3.8
Textiles	344	4	449	5.1	484	5.1
Food	267	3.1	643	7.3	1,518	16
Coal	43	0.5	194	2.2	199	2.1
Energy	947	11	1,171	13.3	721	7.6
Wood	86	1	26	0.3	66	0.7
Machines and equipment	198	2.3	194	2.2	76	0.8
Leather	9	0.1	18	0.2	9	0.1
Housing	0		0		66	0.7
Total planned investment billion Reichs- marks	8,611	100	8,802	100	9,485	100

Fonte: TOOZE (2006, p. 262)

Além das ampliações de gastos estritamente militares, o Plano Quadrienal e suas metas de autossuficiência buscavam uma ampliação drástica da produção de matérias-primas básicas, como o aço, o qual só havia estoques para 2 meses de produção mesmo com os esforços dos camisas pardas em recolher sucatas da população, e de substitutos que ainda estavam em desenvolvimento pelas grandes desenvolvedoras de tecnologia química e petroquímica, como a IG Farben, para o desenvolvimento de gasolina sintética e borracha sintética, os quais ainda contavam com uma estrutura produtiva dessas novas tecnologias muito aquém das necessidades que o Plano Quadrienal exigia para a autossuficiência.

No caso da gasolina sintética, em 1936, a IG Farben produzia apenas 34% das necessidades domésticas de combustíveis após um período de expansão da sua produção e, no caso da borracha sintética, a situação era ainda mais drástica. Com a tecnologia sendo pioneira no mundo, a sua produção e viabilidade em escala industrial e para combate ainda era incerta,

porém os nazistas em 1936 já demandavam mais três fábricas com produção ampliada baseada na fábrica de testes de Schkopau. Os planos de investimento do plano de Goring eram de enorme dimensão na economia alemã, segundo Tooze: “...era projetado que os investimentos desenhados pelo chefe da Luftwaffe representassem 20% a 25% do investimento total da economia alemã, entre 1936 e 1940” (TOOZE, 2013, p. 267). Esperava-se que esses investimentos reduzissem à metade as necessidades de importação de matérias-primas da Alemanha.

Tabela 7 - Borracha e minério de ferro: Prioridades do Plano Quadrienal

	Rubber		Iron ore (fe content)	
	Natural rubber imports	Buna	Iron ore imports	Ore production pre-1938 Germany
ooo tons				
1929	59		10,670	2,080
1930	51		7,271	1,845
1931	45		4,856	841
1932	50		3,254	442
1933	61		4,104	828
1934	72		6,822	1,372
1935	74	0	9,995	1,849
1936	83	1	8,430	2,259
1937	100	4	9,690	2,759
1938	92	6	10,470	3,360
1939	77	22	10,043	3,928
1940	19	41	6,874	5,019
1941	27	71	12,513	4,755
1942	24	101	13,581	4,137
1943	8	120	15,150	4,080

Fonte: G. Pumple, Die IG Farbenindustrie AG (Berlin, 1990), 285; Statistisches Handbuch, 281 (TOOZE, 2006, p. 263)

O Plano de Quatro anos de Goring era uma guinada definitiva da economia alemã em direção a guerra, pois não haveria outra situação possível para a economia alemã não entrar em recessão, após os ciclos de enormes investimentos destinados a capacidade de produção de bens de uso militar se não com o seu uso. Nas palavras do general Friedrich Fromm (1888-1945), fica clara a conclusão que se esperava da dimensão do Plano Quadrienal de Goring:

“Pouco depois de completada a fase de rearmamento, a Wehrmacht terá de ser utilizada, pois de outra forma haverá uma redução da demanda ou da prontidão para a guerra” (TOOZE, 2013, p. 268).

5.2 Barreiras ao plano

O Plano Quadrienal acelerou de forma significativa os gastos e o investimento público na Alemanha, que, em 1936, já observava um quadro de baixo desemprego, dificuldades financeiras que se arrastavam desde 1934 e o uso da capacidade industrial instalada cada vez maior devido à ampliação da demanda após a Grande Depressão. Os industriais responsáveis pela produção dos insumos e pedidos oriundos do Plano Quadrienal tinham preocupações quanto ao sobre investimento em suas capacidades produtivas, que poderiam vir a se tornar capacidade ociosa, porém Goring, em uma conferência em Berlim de industriais já declarava, em dezembro de 1936, a dinâmica que se pretendia para a expansão da produção alemã:

Não há fim em vista para o rearmamento. A luta que se aproxima exige uma medida colossal de capacidade produtiva... O único ponto de decisão, nesse caso, é a vitória ou a destruição. Se vencermos, o mundo dos negócios será suficientemente compensado... É completamente irrelevante saber se, em qualquer caso, os novos investimentos serão amortizados. Estamos, agora, jogando pelo mais alto prêmio... todos os interesses egoístas devem ser descartados. Nossa nação, como um todo, está em jogo. Vivemos numa época em que as batalhas finais estão à vista. Estamos já no limiar da mobilização e já estamos em guerra, embora os canhões ainda não estejam atirando (TOOZE, 2013, p. 266).

Porém o plano de fato realizado na Alemanha, a partir de 1936, ficou muito distante do que Goring havia estipulado em seus desenhos iniciais, e os motivos principais remetiam aos problemas crônicos da economia alemã desde 1934, que entraram em uma situação mais crítica como a de 1934 em 1937: a escassez de divisas e agora em uma escala mais crítica, falta de matérias-primas básicas da atividade industrial, principalmente o aço, insumo comum de quase toda atividade industrial. Para conseguir dar sequência às encomendas e investimentos de maior importância aos objetivos bélicos do Terceiro Reich, Goring abandonou as recomendações de Schacht de priorização de exportações para acumular reservas internacionais e promover as importações necessárias ao rearmamento, reprimindo a demanda interna. Goring optou por reforçar os modelos de controle burocrático, enquanto o Plano Quadrienal ampliava a demanda doméstica por importações e insumos, estabelecendo o racionamento de matérias-primas básicas, entre elas, o aço, como a mais crítica delas no período devido a sua ampla utilização em todo setor industrial e em investimentos de expansão da capacidade produtiva.

A situação desse insumo, em especial, era advertida por grandes nomes da indústria do aço alemão que desde o início de 1936 apontavam para uma crise de fornecimento. A situação do aço na Alemanha era tão crítica que Tooze diz:

Para a operação real da economia alemã, a introdução do racionamento de aço foi muito mais importante do que o anúncio do Plano Quadrienal, seis meses antes. O futuro de todos os empreendimentos industriais da economia nazista, o Plano Quadrienal e todo o programa de rearmamento agora dependiam da quantidade de aço que pudesse ser produzida e quanto seria distribuído de acordo com o sistema de racionamento. (TOOZE, 2013, p. 274).

Até os mais privilegiados do racionamento, as forças da Wehrmacht, tiveram suas quotas muito aquém das necessárias para as expectativas do Plano Quadrienal, com o exército, Luftwaffe e a marinha alemã tendo que adiar a conclusão da capacidade projetada em anos ou até décadas como no caso do plano de fortificações de defesa. O ano de 1937 configurou o único ano até a eclosão da guerra em que o rearmamento não cresceu significativamente durante o governo nazista, tamanha era a crise de fornecimento de matérias-primas e, em particular, do aço. Evans apresenta o tamanho da restrição de aço que a Wehrmacht enfrentou e a escala extraordinária que o Plano Quadrienal exigia:

[...] Já em 1937, o Exército recebeu apenas metade do aço que queria. A munição era escassa, e pouquíssimas casernas estavam em construção para alojar os números rapidamente crescentes de tropas. A Marinha não conseguia obter o aço de que necessitava para cumprir seu programa de construção de navios 28. Em 1937, a Força Aérea recebeu apenas um terço do aço exigido para atingir suas metas de produção. Em outubro de 1938, porém, Göring anunciou a quintuplicação da Força Aérea, um aumento de tamanho tão desmedido que teria exigido a importação de 85% da produção mundial de combustível aeronáutico para mantê-la em operação. (EVANS, 2011, p. 485).

A redução do aço e o freio das atividades ligadas ao rearmamento do Plano Quadrienal só ocorreram devido a absoluta prioridade que tinha que ser dada no momento ao balanço de pagamentos alemão para que a crise não tomasse proporções agudas como ocorreu em 1934. Somada às medidas de contenção parcial do rearmamento, 1936 contava com um fator externo significativo para a condição da Alemanha não se tornar tão crítica como em 1934. O comércio mundial crescia de forma significativa na esteira da recuperação dos países centrais, chegando a crescer, em 1937, 25% o volume do comércio internacional, o que não se observava desde a década de 1920.

Apesar disso, a Alemanha teve dificuldades de se beneficiar integralmente desse aumento da atividade comercial mundial, devido aos recentes calotes promovidos por Schacht e o seu sistema de subsídios agressivo, isso levava países centrais como os EUA manterem bloqueios comerciais a Alemanha ou a Grã-Bretanha a tentativa de rever os acordos

estabelecidos com a Alemanha. Portanto, a revitalização do comércio internacional teria ajudado a Alemanha a evitar uma crise das dimensões de 1934, porém, devido a sua atuação unilateral e rompimento com nações centrais como os EUA, fizeram suas exportações serem prejudicadas nessa revitalização.

As barreiras ao Plano Quadrienal também eram significativas no mercado de trabalho alemão, em 1936, a Alemanha, com sua recuperação econômica e expansão armamentista, se aproximava pelo emprego e a demanda por trabalho especializado e semiespecializado só aumentava à medida que os projetos e pedidos da Wehrmacht se acumulavam de forma que o trabalho precisava ser repensado no seio da ideologia do regime, ao se tornar necessário cogitar o trabalho feminino. Evans aponta que:

Além da escassez de matérias-primas, o programa de rearmamento também criou estrangulamentos no suprimento de mão de obra que se tornaram cada vez mais apertados com o passar do tempo. À medida que a produção de carvão, ferro e aço, e as fábricas de máquinas, manufaturas, armamentos e munições sugavam toda a mão de obra especializada e semiespecializada disponível, o regime foi forçado a repensar sua atitude em relação ao trabalho feminino (EVANS, 2011, p. 487).

Porém a fraqueza das frentes de trabalho frente a lógica nazista sobre as mulheres enraizadas nas indústrias fez com que a mão de obra feminina pouco se ampliasse no setor industrial, Evans traz a descrição de um alto funcionário do Ministério do Trabalho, que retratava a situação em 1939:

[...] uma enorme oferta potencial de mão de obra de uns 3,5 milhões de mulheres naquele momento sem emprego remunerado, a contradição entre interesse econômico e crença ideológica garantiu que nada fosse feito para se recrutar mulheres para a produção bélica antes de 1939 (EVANS, 2011, p. 489).

Os esforços alemães de importar mão de obra eram dúbios, devido à pressão que as remessas que esses trabalhadores enviavam de volta às suas pátrias de origem pressionavam o balanço de pagamentos da Alemanha, e, portanto, precisavam ter seu número controlado e regularizado pela burocracia até que não representassem dano a situação do balanço de pagamentos alemão. O número de trabalhadores sazonais estrangeiros que compunham parte da mão de obra crítica do Plano Quadrienal aumentou de 274 mil em 1936-1937 para 435 mil em 1938-1939 e, em sua grande parte, eram compostos de poloneses e italianos. Uma das soluções mais contundentes dos nazistas para o problema da mão de obra viria a ocorrer em 1938, com a anexação da Áustria, que acrescentou mais de 401 mil desempregados a reserva de mão de obra disponível na Alemanha entre 30% e 40% (TOOZE, 2013, p. 289).

O plano de Goring parecia caminhar para a sua falha logo no primeiro ano após seu anúncio e, além de sua falha, condicionava a Alemanha ao caos orçamentário, devido à

expansão irresponsável do gasto público alemão em políticas do rearmamento que buscavam “construir os trilhos com o trem em movimento”. A necessidade de se expandir a autossuficiência, enquanto expandia o rearmamento, eram atividades que não se complementavam, Evans retrata isso categoricamente: “Havia uma contradição fundamental entre o afã pela autarquia em antecipação a uma guerra longa e o rearmamento imprudente na preparação para um conflito iminente, contradição que jamais foi resolvida.”(EVANS, 2011, p. 482).

Algumas metas do Plano Quadrienal, principalmente a de produção de matérias-primas, tiveram significativos avanços na capacidade de produção doméstica, porém nenhuma delas chegou à produtividade necessária para atender às exigências exageradas do Plano Quadrienal. Evans sintetiza, de forma clara, o resultado geral que se teve do Plano Quadrienal quanto a sua efetividade no estabelecimento da autossuficiência alemã e a como ele falhou em resolver os problemas basilares que assombravam a economia alemã desde 1934:

[...] o Plano de Quatro Anos na realidade consistiu de pouco mais que uma série de iniciativas fragmentadas. Todavia obteve certo sucesso. A produção de carvão, por exemplo, aumentou 18% de 1936 para 1938, a de linhita 23%, e a de coque 22%. Em 1938, a Alemanha produzia 70% mais alumínio do que dois anos antes e havia superado os Estados Unidos como maior produtor mundial. Em 1932, a Alemanha só havia conseguido atender a 5,2% da demanda de têxteis, essenciais entre outras coisas para os uniformes militares. A produção ampliada de rayon e outras fibras artificiais elevou o índice para 31% em 1936 e 43% em 1939. A meta de abolir a dependência da Alemanha em combustível importado aproximou-se da concretização, com a produção de petróleo subindo para 63% e a de combustível sintético para 69% entre 1937 e 1939. Em 1937, Hitler anunciou a implantação de duas ‘fábricas gigantescas de buna (borracha sintética)’ que em breve deveriam produzir o bastante para suprir toda a necessidade da Alemanha... Contudo, esses números impressionantes mascaravam o fracasso do Plano de Quatro Anos em produzir o resultado desejado de tornar a Alemanha inteiramente autossuficiente em 1940. Para começar, o plano falhou em resolver o problema crônico do balanço de pagamentos da Alemanha. Embora as exportações tivessem aumentado em 1937, caíram de novo em 1938, à medida que os fabricantes alemães depositavam sua fé em contratos domésticos seguros e lucrativos, em vez de arriscar seus produtos no mercado mundial. E nos dois anos as exportações foram superadas em valor pelas importações, reduzindo ainda mais a já seriamente depauperada reserva de moeda estrangeira da Alemanha. Talvez tenha sido essa a questão, mais que qualquer outra, que ocasionou a crescente alienação de Schacht do regime ao qual havia servido tão fielmente desde o início (EVANS, 2011, p. 483).

5.3 Anexação, expansão do rearmamento e sobreaquecimento

Estava claro, para a alta cúpula do Terceiro Reich, que o Plano Quadrienal tinha necessidades que não conseguiam ser supridas pela Alemanha de forma autossuficiente ou com o nível de divisas escassas que o governo nazista detinha desde 1934. Apesar da recuperação comercial mundial, esse nível continuava distante do necessário para as ampliações do

rearmamento de acordo com o plano. Evans retrata a situação da Alemanha em 1938 da seguinte forma, sobre a necessidade da expansão alemã para cumprir as metas do Plano Quadrienal:

Contudo, ao acelerar o ritmo do rearmamento, o Plano criou tensões e gargalos que só podiam ser resolvidos pela antecipação da data da ação militar a fim de se obter novos suprimentos de matérias-primas e alimentos de países conquistados como a Áustria e a Tchecoslováquia. Isso, por sua vez, significava que a guerra poderia ser deflagrada antes de a Alemanha estar completamente preparada. A guerra vindoura teria que ser rápida e decisiva porque estava claro que a economia não estava em condições de sustentar um conflito prolongado em 1938-39 (EVANS, 2011, p. 491).

Visando as suas necessidades expansionistas, em 1938, a Alemanha, que se envolvia de forma distante em conflitos de seus pares fascistas que se espalhavam pela Europa, como no caso da Guerra Civil Espanhola, onde a Luftwaffe foi prontamente testada em campo no caso de Guernica, agora passava para sua fase de expansão territorial, que Hitler sempre anunciou como a solução para os problemas do povo alemão. O Lebensraum alemão iniciava sua expansão territorial definitiva, com a anexação da Áustria, em março de 1938.

A anexação da Áustria teve resultados dúbios, mas com pontos importantes para a situação drástica que o balanço de pagamentos alemão, seus estoques de matérias-primas e mão de obra disponível que apresentavam em 1938. A anexação significou uma expansão da mão de obra disponível com a incorporação de mais de 400 mil desempregados da Áustria, no caso das matérias-primas, a anexação permitiu a recém fundada estatal de produção de aço Reichswerke Herman Goring incorporar jazidas de minério de ferro de alto teor que aumentaram significativamente a produção de aço doméstico alemão e, por fim, a situação do balanço de pagamentos foi aliviada pelo confisco de divisas da Áustria, o que representou no total 782 milhões de Reichsmarks, mais que dobrando as reservas alemãs em 1938, condicionando um alívio muito almejado no balanço de pagamentos alemão. Apesar desses fatores de suma importância para a economia alemã no momento, o fato da Áustria ter uma economia industrial pouco significativa perto da dimensão das necessidades alemãs de produção, e era uma economia muito dependente de importações de gêneros alimentícios e matérias-primas, assim como a Alemanha, que pressionou, em longo prazo, o balanço de pagamentos frágil dos alemães.

Além do resultado econômico, o resultado político-militar da anexação foi estrategicamente calculado pelos alemães, que fortaleceram sua posição na Europa central e ao leste, e aumentaram a dependência econômica de países do leste como a Hungria e a Polônia. Porém a anexação, apesar de se ter dado de forma pacífica no território austríaco, teve desdobramentos na política internacional, de modo que a ditadura de Hitler era cada vez mais

vista como um potencial ameaça concreta a um conflito europeu. A anexação também deflagrou um grande aceleração na corrida armamentista por parte das democracias ocidentais e a URSS que a Alemanha não tinha condições de competir em um horizonte temporal extenso. Todas as potências ocidentais e a URSS aumentaram suas produções bélicas em níveis que os alemães não teriam condições de competir, devido às suas condições de autossuficiência débil e restrições externas para os níveis cobijados no Plano Quadrienal.

A resposta de Hitler foi uma aceleração ainda mais intensa do rearmamento, projetando a conclusão de preparativos do exército para 1939, com as preocupações da economia civil sendo prontamente descartadas a partir desse momento e, portanto, interrompendo o crescimento da economia civil e do consumo familiar que haviam crescido junto das expansões militares, em proporções menores. O próximo passo, lógico da expansão de Hitler, seria a Tchecoslováquia, porém essa expansão tinha desdobramentos muito mais delicados a serem considerados, devido à possibilidade de eclosão de um conflito em múltiplos fronts, uma vez que a França e a Grã-Bretanha eram nações aliadas do estado criado em Versalhes. A Crise do Fim de Semana, em 20 e 21 de maio de 1938, foi o ápice do pânico na Tchecoslováquia, que temia um ataque iminente e acionou a França e Grã-Bretanha e elevou as tensões internacionais para a possibilidade de deflagração de um conflito europeu.

A necessidade de matérias-primas e insumos para o combate com explosivos se acelerou de tal forma que teve de haver a criação de diversos planos dentro do Plano Quadrienal original para insumos específicos e uma atualização do Plano Quadrienal, conhecido como Novo Plano Militar-Econômico de Produção, que pretendia a expansão, principalmente de altos explosivos, pólvora e combustível sintético. O resultado do redirecionamento econômico à prioridade total do rearmamento é descrito formidavelmente por Mazzucchelli:

Foi a qualidade do crescimento que se transformou com o lançamento do II Plano Quadrienal. Com a economia já premida pela sobre utilização da capacidade, a decisão irrestrita pela militarização redundou em agudas pressões econômicas e políticas. O arsenal de regulamentações e controles, a crescente ingerência do Partido nas atividades econômicas, a superposição de instâncias burocráticas, o direcionamento suspeito dos contratos e encomendas, a busca a qualquer preço da autossuficiência na produção de matérias-primas básicas, a criação do complexo estatal Hermann Göring Werke (abrangendo desconexamente a produção de máquinas, a mineração e a construção naval), entre outros aspectos – seguramente redundaram em ineficiências, desperdícios e performances duvidosas de produtividade. A própria inflação permaneceu velada por conta dos controles estabelecidos (MAZZUCHELLI, 2008, p. 29).

A expansão acelerada levou a desequilíbrios intensos entre a capacidade de oferta de diversos setores e a demanda dos projetos da Wehrmacht, um dos sinais mais visíveis dessa sobre capacidade exigida da economia alemã era o sistema de transportes de cargas pelas

ferrovias alemãs em 1938. Devido ao racionamento de aço, imposto pelo Plano Quadrienal, os investimentos nas ferrovias alemãs se encontravam em níveis baixos. A Reichsbahn recebeu, em 1938, nem metade do aço que necessitava para manter a sua estrutura instalada e seus materiais móveis, isso causou uma série de problemas logísticos e de atrasos sistemáticos em todos os setores da economia alemã, do consumo ao rearmamento, com menos da metade dos pedidos de vagões de carga sendo atendidos dentro do prazo programado e passaram a ter de ser racionados para atender as demandas mais críticas do plano. As tentativas de encobrir a situação caótica das ferrovias não surtiam efeito, pois era visível a condição grave em que as ferrovias tinham de operar com os trens, frequentemente saindo carregados de avisos de sistemas defeituosos críticos, como freios (TOOZE, 2013, p. 302).

A aceleração dos gastos do exército gerou uma crise de fluxo de caixa tão aguda para o Reichsbank que, em outubro de 1938, com os dispêndios do exército sendo superiores a 900 milhões de Reichsmarks, em agosto de 1938, e passando a 1,2 bilhões de Reichsmarks, no mês de setembro de 1938, era calculado pelo Reichsbank que não haveria dinheiro em caixa suficiente para realizar os pagamentos exigidos por esse nível de aceleração (TOOZE, 2013, p. 314).

O medo de desencadear um processo inflacionário era tanto que recorrer a impressão monetária estava fora de questão para Lutz Schwerin von Krosigk (1887-1977), ministro das Finanças do Reich. A sua recomendação direta a Hitler, junto do general Ludwig Beck (1880-1944), foi a de adiar a invasão programada da Tchecoslováquia devido a inviabilidade de um conflito generalizado europeu nas condições financeiras e militares que a Alemanha se encontrava no final do ano de 1938 e a situação muito mais confortável que se esperava dos inimigos da Alemanha, que, segundo os cálculos estratégicos dos nazistas, poderiam contar com a força financeira dos ingleses e dos americanos.

Outro sinal crítico dos desequilíbrios na economia alemã era a situação do mercado de trabalho alemão e seus sistemas de precificação salarial no verão alemão de 1938. O ministério do trabalho verificou, em 14 de julho de 1938, que havia 293.237 desempregados na Alemanha pré anexação, e que, desses, apenas 28 mil estavam completamente aptos ao trabalho (TOOZE, 2013, p. 304). Para isso, uma solução parcial dos nazistas para a escassez foi de reforçar os controles sobre a mão de obra por meio de decretos, que davam plenas condições de realocações compulsórias designadas pelo governo. O decreto de Goring, de 22 de julho de 1938, permitiu a realocação de 1,3 milhões de trabalhadores por períodos determinados pelo governo (TOOZE, 2013, p. 305).

A alta demanda de trabalho em setores que sofriam com a escassez de mão de obra, principalmente os setores que atuavam na órbita do rearmamento, eram prejudicados parcialmente pelo congelamento de salários e preços na Alemanha, pois prejudicava a realocação espontânea em áreas de escassez em nome do controle do processo inflacionário que era temido pelo Reich, caso os preços sofressem um descongelamento. Os desequilíbrios dos congelamentos prejudicavam tanto os empregadores quanto os empregados, que estavam dispostos a aumentar os salários para aumentar a sua produção, porém eram proibidos de realizar esse aumento e passavam a realizá-los de formas distintas, para além do salário como: bônus, promoções aceleradas, contratação remunerada e outros atrativos que não se incluíam no congelamento salarial. Essas bonificações, feitas à margem do congelamento, ampliaram as distorções de remuneração e pressionaram ainda mais o processo inflacionário, prejudicando, também, os setores mais vigiados, como o dos armamentos para serem competitivos com os salários de indústrias menos monitoradas pela burocracia nazista.

O setor que mais sofreu as consequências dos desequilíbrios inflacionários do congelamento de preços e salários foi a agricultura alemã. A RNS (Reichsnahrstand) estimou que a redução de trabalhadores assalariados no setor rural da Alemanha tenha sido da ordem de mais de 400 mil, de 1933 a 1938, e que o trabalho no campo estava desvalorizado em 25%. A causa central da fuga de mão de obra do campo alemão era a diferença salarial e de padrão de vida entre o campo e a cidade para funções não qualificadas que podiam inserir os trabalhadores rurais na atividade urbana, como a construção (TOOZE, 2013, p. 309).

Essa escassez de trabalho no campo era crítica para o reich, devido ao estado de alarme que uma crise na colheita de 1938 significava para a aptidão militar no futuro próximo e do sucesso da Alemanha no conflito já planejado por Hitler, a invasão da Tchecoslováquia. O campo alemão sofria problemas sérios não só com a falta de mão de obra, a sua baixa produtividade afetava a rentabilidade do trabalho no campo, pois carecia de capital e tecnologia para o uso eficiente da sua mão de obra. Segundo mensurações convencionais de acordo com Tooze, a produtividade média das 9 milhões de pessoas empregadas no campo era a metade da de operários típicos em atividades não agrícolas. Essa carência surge das restrições que os racionamentos tanto de divisas quanto de matérias-primas, que prevaleceram na economia alemã desde 1934 e se tornaram mais acentuadas com as acelerações armamentistas e intensificação dos racionamentos.

Tabela 8 - Ocupações por categoria, 1933 vs. 1938 (por 1000 trabalhadores)

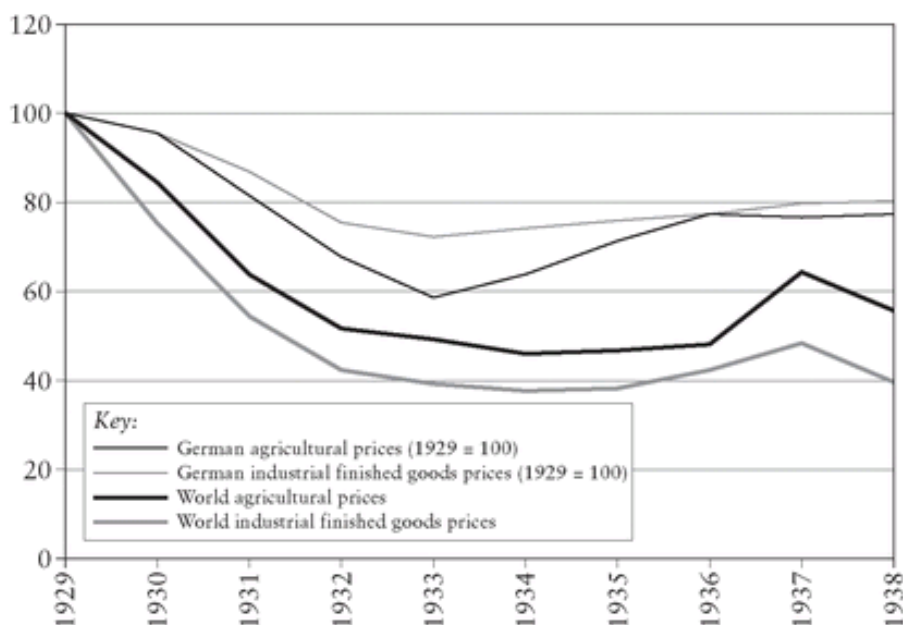
	Census 1933	Workbook census 1938	Change	% Change
Farm labourers	2,494	1,981	-513	-21
Textiles and clothing	2,030	1,701	-329	-16
Food	1,207	953	-254	-21
Commerce	2,686	2,494	-192	-7
Health and social work	595	494	-101	-17
Woodworking	689	623	-66	-10
Mining	756	713	-43	-6
Entertainment	124	84	-40	-32
Transport	983	975	-8	-1
Total	11,564	10,018	-1,546	-13
Water, gas, electricity	188	195	7	4
Paper and printing	499	521	22	4
Building materials	587	632	45	8
Chemicals	353	453	100	28
Domestic service	1,280	1,438	158	12
Iron and steel	1,314	1,533	219	17
Construction and allied	1,745	2,071	326	19
Public service	725	1,226	501	69
Engineering, etc.	1,561	2,307	746	48
Total	8,252	10,376	2,124	26

Fonte: T.W. Mason, Arbeiterklasse und Volksgemeinschaft (Opladen, 1975), 1247-8. (TOOZE, 2006, p. 302)

A exigência por parte da RNS de melhores preços para a agricultura alemã ainda sofria de um efeito indesejado dos acordos bilaterais que a Alemanha estabeleceu durante os anos anteriores a 1938, pois os preços eram estabelecidos de forma que os preços mundiais correntes não fossem os pagos pela Alemanha. Para conseguir a manutenção desses acordos bilaterais, a Alemanha pagava sobretaxas significativas sobre diversos gêneros agrícolas, chegando a pagar até 72% de sobretaxa no algodão brasileiro e sobretaxa de 48% no milho da Romênia. Dessa forma, o Reichsbank concluía que cada vez mais era impossível estabelecer um nível correto

de desvalorização do Reichsmark, capaz de alinhar os preços alemães com os preços internacionais.

Gráfico 4 - Preços agrícolas e bens industriais finais na Alemanha e no mundo (1929=100)



Fonte: Tooze (2006, p. 232)

Evans descreve a amplitude de ações que o governo nazista impôs sobre a economia alemã de forma a se distanciar cada vez mais dos sistemas convencionais capitalistas em nome dos anseios bélicos dos nazistas:

Em 1938, o Partido Nazista e várias organizações afiliadas, como a Frente de Trabalho, sob direção de Hitler, criavam enormes empreendimentos econômicos que almejavam driblar as operações capitalistas convencionais na perseguição das metas do regime. A indústria automobilística seria ultrapassada pela companhia Volkswagen; a siderúrgica pela Fundação Hermann Göring. Uma enxurrada de leis e regulamentações que se avolumou rapidamente almejava estabelecer limites de preços, forçar a racionalização dos negócios, desviar recursos para os investimentos bélicos, impor cotas de produção, dirigir o comércio exterior e muito mais (EVANS, 2011, p. 497).

Com o ímpeto armamentista acelerado, difundido pelas principais nações do globo em reação às ações de política externa alemãs na Europa, o mundo já caminhava para a guerra, apesar de os canhões não terem sido disparados, como disse Goring em uma apresentação a industriais alemães em 1936. A crise dos Sudetos da Tchecoslováquia em setembro de 1938 foi um dos últimos passos expansionistas realizados pacificamente pelos nazistas, porém essa

conquista pacífica tinha um problema para a Alemanha: a sua economia estava mobilizada para a guerra em um nível tão intenso que uma reversão enorme de sua estrutura produtiva seria necessária para atuar de forma minimamente eficiente em tempos de paz.

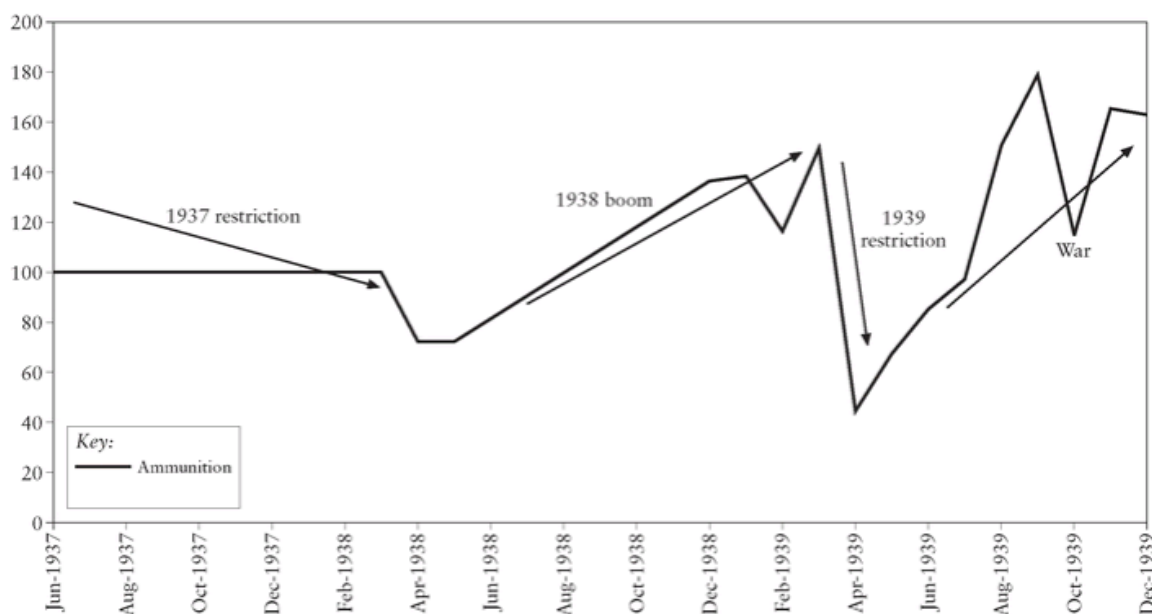
Os planos de expansão de armamentos de Goring, de outubro de 1938, ignoravam de forma categórica a situação financeira e produtiva da Alemanha em tempos de paz e buscavam triplicar o nível do armamento alemão, em tempos ainda mais curtos do que o Plano Quadrienal havia proposto. O Reichsbank chegou a responder à expansão dos pedidos da Wehrmacht: “os meios de uma economia de paz não são mais suficientes e é preciso começar a buscar medidas mais severas da economia de guerra” (TOOZE, 2013, p. 334).

A partir desse momento, a intensificação dos mecanismos de controle se espalhou por todos os contratos públicos alemães, desde o armamento até a construção civil, os mecanismos de controle passaram a engessar os contratos com o governo alemão que intensificava sua vigilância sobre a mão de obra, matérias-primas e produtividade. Houve a tabulação de custos, racionamento ainda mais drásticos das quotas de aço e material de construção para fins civis e as agências trabalhistas foram designadas a mover homens e mulheres do mercado de trabalho de forma a alocá-los em suas funções mais produtivas. Apesar da intensificação de todo aparato burocrático de controle dos fatores, o volume em que se desejava a expansão dos armamentos alemães já elevados ao final de 1938 era irreal, segundo Tooze. Apenas para se ter dimensão de um dos braços dessa expansão, Goring determinou a quintuplicação da Luftwaffe, em quatro anos, o que exigiria só para a manutenção dos 21 mil aviões esperados 3 milhões de litros cúbicos de combustível por ano, o dobro do nível da produção mundial na época. A Luftwaffe chegou a ter um pouco mais de 5 mil aeronaves na Segunda Guerra Mundial (TOOZE, 2013, p. 339-340).

As limitações financeiras eram drásticas ao final de 1938, e a capacidade de se financiar com títulos de longo prazo eram limitadas, devido à falta de compradores para os títulos públicos alemães, que temiam a belicosidade alemã e o risco que ela representava aos compradores, e, portanto, teria de incorrer em emissões monetárias financiar a aceleração do rearmamento. A única opção que o Reichsbank via para a Alemanha amenizar a sua situação financeira sombria era o corte de gastos públicos. A opção era defendida por Schacht, que foi demitido do comando do Reichsbank junto de outros funcionários que acreditavam que a ruína da Alemanha estaria na expansão desenfreada dos gastos públicos para a aceleração da atividade armamentista no começo de 1939. Com a saída de Schacht e a entrada de Walther Funk (1890-1960), o caminho estava livre para a expansão, à medida que fosse necessária aos desígnios do estado.

Apesar dos gastos estatais agora liberados no Reichsbank, o que ditava o real ritmo do rearmamento alemão continuavam os mesmos desde 1934, o balanço de pagamentos alemão e a escassez de divisas. A situação era de total escassez no início de 1939, com a diretoria do Reichsbank reportando a Hitler que “As reservas de ouro e divisas do Reichsbank não existem mais” (TOOZE, 2013, p. 347). A necessidade de exportações era uma condição de vida ou morte para a situação externa alemã e foi o principal motivador do discurso fatalista de Hitler ao Reichstag, em 30 de janeiro de 1939. Nesse discurso, suas ameaças apocalípticas foram destinadas aos “inimigos da Alemanha” devido à “ameaça existencial” que a Alemanha estaria passando e deveria fazer um esforço de exportações, ou perecer frente aos inimigos do estado alemão. Mesmo com todo o esforço canalizado para as exportações após o discurso de Hitler ao Reichstag, o armamento teve de ser freado pelos próximos meses devido à necessidade máxima de divisas do Reichsbank.

Gráfico 5 - Produção de munição, 1937-1939 (junho de 1937 = 100).



Fonte: Tooze (2006, p. 347)

5.4 O caminho do fim

No dia 15 de março de 1939, o último passo pacífico da política expansionista de Hitler, ocorreu com a anexação da Tchecoslováquia. A reação das principais democracias perante a invasão da nação do Tratado de Versalhes foi a guerra comercial total e a ampliação das alianças militares entre França, Grã-Bretanha e os EUA. A guerra comercial foi um duro golpe

na situação econômica alemã, que estava em condições nefastas em relação a suas divisas e, depois das declarações de sanções, piorou a sua situação de exportações.

A situação era de tal gravidade que um memorando dos escritórios do Plano Quadrienal sobre a situação das reservas de matérias-primas alemãs, após a anexação da Tchecoslováquia, dizia que:

Quando, em 30 de junho de 1938, o aumento das metas de produção... foi fixado pelo Marechal de Campo, parecia que a liderança política teria possibilidade de determinar sozinho o horizonte de tempo e a escala da transformação política na Europa... evitando ao mesmo tempo, uma confrontação com o grupo de poder liderado pela Inglaterra. Desde março de 1939, não pode haver mais dúvida de que essa possibilidade já não existe. A guerra econômica contra as potências anti Comintern, que já começou secretamente sob a liderança da Inglaterra, França e EUA, foi agora ostensivamente declarada e, com o tempo, tomará formas ainda mais duras (TOOZE, 2013, p. 354).

Dessa forma, a margem alemã para expansões e domínios pacíficos se tornava cada vez mais limitadas, com as potências aliadas estabelecendo novos acordos de proteção às nações do sudeste europeu e restringindo o espaço de manobra da economia externa alemã. Os sintomas de escassez de matérias-primas, principalmente as com alta dependência externa, pareciam piorar drasticamente como as necessidades de cobre, material que a Alemanha era totalmente dependente de importações e que eram inerentes às necessidades do armamento e poderiam causar a paralisia de todo plano do rearmamento em meio a escalada das tensões políticas mundiais.

Frente a realidade do aceleração do armamento internacional e a redução do grau do rearmamento alemão no ano de 1939, a Wehrmacht, que, no ano, era o exército mais bem preparado para o combate europeu, havia motivações sólidas para a próxima ação expansiva alemã em território europeu, uma vez que, para Hitler, o conflito era inevitável para a condição de sobrevivência do povo alemão e a Alemanha só teria a perder vantagens sobre os seus inimigos, à medida que se adiasse o conflito. Tooze traz, de forma sintética, o estado de espírito de Hitler frente à necessidade de mobilização que se forçava pela expansão: “Se a guerra era inevitável, como pensava Hitler, nesse caso, em termos de sua própria ‘lógica insana’, ele tinha interesse efetivo em tomar a ofensiva na primeira oportunidade favorável.” (TOOZE, 2013, p. 364).

Essa oportunidade favorável que Hitler aguardava ocorreu no verão de 1939, com a situação diplomática da Alemanha ter sido beneficiada pelo acordo Ribbentrop-Molotov. O acordo resultou de frustrações alemãs perante a velocidade que seus aliados na Itália e Japão estariam de prontidão para um conflito europeu. Com isso, a lógica estrategista de Hitler viu

no seu inimigo ideológico absoluto, os soviéticos, a aliança pragmática necessária que pretendia evitar um conflito em dois fronts em que a Alemanha teria poucas chances de administrar com chances vitoriosas. Além de que outras cláusulas comerciais estabelecidas vieram a solucionar problemas críticos da Alemanha no verão de 1939, como minérios não ferrosos e petróleo, como 74% das necessidades alemãs de fosfato, 67% de asbestos, 65% de cromo, 55% do manganês, 40% do níquel e 34% do petróleo.

O pacto foi assinado em 23 de agosto de 1939 e, para Hitler, era a condição ideal para a invasão da Polônia, que seria repartida com os soviéticos e com certeza deflagraria um conflito europeu em que agora seus inimigos se concentrariam no front oeste e no espaço de uma semana, em 1 setembro de 1939, o maior conflito da história da humanidade se inicia com a invasão da Polônia e a com a posterior declaração de guerra pela França e pela Grã-Bretanha contra a Alemanha nazista de Hitler.

6 CONCLUSÃO

Neste trabalho, foi possível investigar, com certo grau de profundidade, os movimentos e intenções acerca do planejamento e decisões de política econômica que a Alemanha, à luz do contexto conturbado do entre guerras após a crise de 1929 e, principalmente, nos apoiando sobre a intenção final que os nazistas tinham sobre a necessidade de expansão territorial por vias militares como uma questão existencial a ser respondida frente a humilhação do Tratado de Versalhes, após a derrota na Primeira Guerra Mundial.

Dessa forma, a Segunda Guerra Mundial não foi um resultado das circunstâncias, mas sim um objetivo premeditado. Como pudemos observar, as conclusões que extraímos são diversas e fogem muitas vezes do imaginário comum sobre como se deu o “milagre econômico” nazista, o qual foi uma experiência dúbia, ao observar de forma mais próxima os desdobramentos de uma economia que foi um caso de severa restrição externa, sobreaquecimento de demanda, desalinhamentos monetários e intensa intervenção governamental na esfera econômica.

Uma dessas conclusões que fogem ao imaginário popular é a de que o povo alemão não escolheu de forma majoritária a ideologia nazista e seus líderes. Como pudemos observar, os nazistas chegaram a um ápice de sua expressividade nas eleições de julho de 1932, com mais de 37% dos votos e, logo em dezembro do mesmo ano, já perdiam expressividade com uma votação de pouco mais de 33%. Os nazistas tomaram o poder de forma definitiva com base na força, na noite das facas longas, eliminando as principais figuras da política alemã que se colocavam como um entrave aos objetivos do Führer. E, mesmo durante o regime totalitário, os nazistas enfrentaram momentos de oposição de diferentes setores da sociedade, de trabalhadores a industrialistas, que passaram a ser reprimidos e coagidos a apoiar o regime ou sofrer as consequências.

Os trabalhadores alemães, tanto do campo quanto urbanos, se envolvem no “milagre econômico” alemão de uma forma a repensar a ideia superficial de terem sido seduzidos a apoiar os nazistas devido aos programas de emprego e ao pleno emprego proporcionados pelos nazistas. As condições de emprego dos programas emergenciais eram, em sua grande parte, ruins e colocavam os trabalhadores em condições geralmente piores do que as que exerciam durante a República de Weimar, trabalhando turnos reduzidos com salários reduzidos, com condições precárias nos famosos canteiros de obras das autobahns, que acabaram em revoltas e casos recorrentes de manipulações estatísticas para apresentar dados favoráveis a imagem do regime ao povo alemão.

Outro ponto que podemos ressaltar são os principais momentos de inflexão da política econômica nazista e como em todos os momentos reforça a postura belicosa de intencionalidade ao conflito. Em 1934, com o progressivo abandono de programas de emprego emergenciais, em detrimento dos programas de rearmamento, em 1936, com a elaboração do Plano Quadrienal e, em 1938, com o aceleração extraordinário do Plano Quadrienal. Todos esses momentos reforçaram a militarização da economia alemã e condicionaram a recuperação e a dinâmica da economia alemã em graus cada vez mais elevados a uma economia dependente da dinâmica de guerra, pois era insustentável, em tempos de paz, a manutenção do rearmamento nos níveis que os nazistas planejavam.

Esse modelo contrastava com a recuperação que ocorreu nas outras maiores economias do mundo na década de 1930, que privilegiaram recuperações baseadas em seus setores de consumo e reinvestimento dentro desses setores, expandindo a renda das suas populações em um ciclo virtuoso. Apesar da recuperação alemã ter sido mais vigorosa e constante de 1933 a 1939, o seu sobreaquecimento, condições externas e desequilíbrio monetário condicionaram a recuperação da economia à necessidade do conflito, de modo que a recuperação não se interrompesse e a economia evitasse um colapso generalizado. Essa foi uma das razões para o conflito da Segunda Guerra Mundial acontecer antes das datas previstas por Hitler e seus oficiais, para a conclusão dos planos de rearmamento alemão.

Dessa forma, esperamos que, com este trabalho, possamos observar como o “milagre econômico” nazista se expressa, na verdade, como uma experiência multifacetada, com diversos aspectos nas entrelinhas que podem questionar o caráter “milagroso” dessa experiência em certos aspectos e trazer luz sobre elementos que podem passar despercebidos sobre como um processo de recuperação econômica pode se desenvolver em sua própria ruína, dependendo do seu objetivo e dos elementos organizacionais que se desenvolvem ao redor desse objetivo, que, no caso dos nazistas comandados por Hitler, sempre foi a guerra.

REFERÊNCIAS

- BEL, Germà. Against the mainstream: Nazi privatization in 1930s Germany. **Economic History Review**, v. 63, n. 1, 2010, p. 34-55.
- EVANS, Richard. **A chegada do Terceiro Reich**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.
- EVANS, Richard. **O Terceiro Reich no poder**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.
- FRIEDEN, Jeffry. **Capitalismo Global: História econômica e política do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- MADDISON, A. **Dynamic Forces in Capitalist Development – A Long-Run Comparative View**. New York: Oxford University Press, 1991.
- MADDISON, A. **Dynamic Forces in Capitalist Development – A Long-Run Comparative View**. New York: Oxford University Press, 1991.
- MAZZUCHELLI, Frederico. **Os anos de chumbo: economia e política internacional no entreguerras**. Campinas: UNESP-FACAMP, 2008.
- MITCHELL, B.R. **International Historical Statistics: Europe 1750-1988**. New York: M Stockton Press, 1992.
- NOGUEIRA, Flávio. O papel dos EUA e da URSS na Reconstrução do Estado Alemão na República de Weimar. **Revista de economia política e história econômica**, v. 7, n. 22, 2010.
- OVERY, R. J. **The Nazi Economic Recovery 1932-1938**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: As origens da nossa época**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Compus, 2000.
- SAES, Flávio A. M. de; SAES, Alexandre Macchione. **História Econômica Geral**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- SCHERNER, Jonas. ‘Armament in depth’ or ‘armament in breadth’? German investment pattern and rearmament during the Nazi period. **Economic History Review**, v. 66, n. 2, 2013, p. 497-517.
- SCHACHT, Hjalmar. **Setenta e seis anos de minha vida: a autobiografia do mago da economia alemã da República de Weimar ao III Reich**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- SCHERNER, Jonas. The beginnings of Nazi autarky policy: the ‘National Pulp Programme’ and the origin of regional staple fibre plants. **Economic History Review**, v. 61, n. 4, 2008, p. 867-895.
- TOOZE, Adam. **O preço da destruição: Construção e Ruína da economia alemã**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

TOOZE, Adam. **Wages of Destruction**: The making and breaking of the nazi economy. London: Penguin Books, 2006.

TEMIN, Peter. Soviet and Nazi planning in the 1930's. **Economic History Review**, v. XLIV, n. 4, 1991, p. 573-593.